



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA

Centro de Ciências da Educação

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM
BIBLIOTECONOMIA**



Angélica Maria Germanovix

**PERCEPÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO NO
TRABALHO DE INCLUSÃO SOCIAL DE SURDOS**

Florianópolis
2014

Angélica Maria Germanovix

**PERCEPÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO NO
TRABALHO DE INCLUSÃO SOCIAL DE SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à disciplina CIN 5052 – Trabalho de Conclusão de Curso II. Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. sob orientação da Prof^a Me. Ana Cláudia Perpétuo de Oliveira da Silva.

**Florianópolis
2014**

Agradecimentos

Agradeço a Deus.

Agradeço a minha orientadora Ana Cláudia, pela dedicação ímpar e confiança depositada em mim.

Agradeço aos meus pais, por todo apoio e amor despendidos ao longo desta árdua caminhada. E aos meus irmãos.

Agradeço aos amigos que me incentivaram e não deixaram que eu esmorecesse.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Ficha Catalográfica elaborada por Angélica Maria Germanovix

G373p Germanovix, Angélica Maria

Percepções de bibliotecários sobre sua contribuição no trabalho de inclusão social de surdos / Angélica Maria Germanovix. – 2014.

72f. : il. ; 30 cm

*Orientador: Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em*

Biblioteconomia)

– Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2014.

1. Bibliotecários. 2. Surdez. 3. Inclusão Social. I. Título

CDU 376

Esta obra é licenciada por uma licença Creative Commons de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

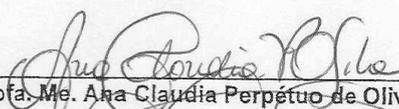
- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

Acadêmica: Angélica Maria Germanovix

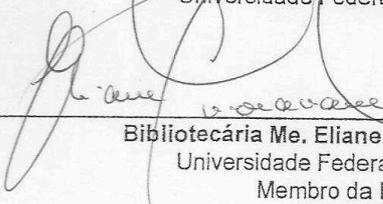
Título: Percepções de bibliotecários sobre sua contribuição no trabalho de inclusão social de surdos.

Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia, do centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, aprovada com a nota de 9,5

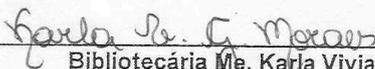
Florianópolis, _____ de novembro de 2014



Profa. Me. Ana Cláudia Perpetuo de Oliveira da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora



Bibliotecária Me. Eliane Fioravante Garcez
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora



Bibliotecária Me. Karla Viviane Garcia Morais
Instituto Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora

RESUMO

Este trabalho objetiva conhecer as percepções dos bibliotecários sobre suas contribuições no processo de inclusão social de surdos no seu ambiente de trabalho. Destaca como embasamento teórico o construcionismo social de Peter L. Berger e Thomas Luckmann e a noção de interdependência abordada por Nobeit Elias. Constrói uma análise com base em relações que indivíduos desenvolvem entre si, suas representações sociais, características estas que ajudam a compor uma sociedade mais inclusiva. Reúne informações sobre acesso à informação, leis, decretos e portarias que permitiram uma maior visibilidade do surdo na sociedade. Através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), coleta e trata narrativas para posterior análise destes discursos com a finalidade conhecer um pouco mais deste universo particular.

Palavras-chave: Bibliotecários. Surdos. Inclusão social.

ABSTRACT

This work aims to better comprehend the perceptions of librarians about their contributions for the social inclusion process of deaf people in their work place. The theoretical framework used is based on social constructionism of Peter L. Berger and Thomas Luckmann and interdependence approached by Nibert Elias. It builds an analysis based on relationships which individuals develop between themselves, their social representations, characteristics which help to turn into a more inclusive society. It gathers information on access to information, laws, decrees and ordinances which allowed a greater visibility of the deaf in society. Through the collective subject discourse technique (DSC), collects and handles accounts for further analysis of these discourses in order to know a little more of this particular universe.

Key-boards: Librarians. Deafness. Social Inclusion.

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTOS DA PESQUISA	9
2.1 Fundamentação conceitual	9
2.1.1 Inclusão e exclusão social	9
2.1.2 O deficiente	11
2.1.3 O surdo	11
2.1.4 O bibliotecário e a questão da inclusão	12
2.1.5 Acesso à informação e a questão da deficiência	13
2.2 Fundamentação teórica	14
2.3 Fundamentação metodológica: a Teoria das Representações Sociais	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3.1 Pesquisa qualitativa	18
3.2 Entrevistados e instrumentos de coleta de dados	19
3.3 O DSC: técnica de coleta, tratamento e análise dos dados	21
3.4 Ética na pesquisa	22
4 DSC FINAL E SUA ANÁLISE	24
4.1 O DSC Final	24
4.2 Análise do DSC Final	27
4.2.1 As vivências do sujeito coletivo ao longo da vida com pessoas com necessidades especiais	28
4.2.2 O impacto das vivências na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho	30
4.2.3 As vivências com a inclusão de surdos no trabalho	32
4.2.4 O impacto do trabalho do sujeito coletivo na vida dos surdos	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	42
APÊNDICE B - Questionário	43
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista	44
APÊNDICE D - Transcrição das entrevistas na íntegra	45
APÊNDICE E - Instrumento e tabulação dos discursos dos bibliotecários sobre suas contribuições no trabalho com usuários surdos: utilização do DSC	57

1 INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva conhecer as percepções dos bibliotecários sobre sua possível contribuição em seus espaços de trabalho no processo de inclusão social de surdos. O tema surgiu em decorrência de uma experiência pessoal com situações de exclusão e desamparo profissional em relação aos surdos e cegos, pelo auxílio à colegas de classe com deficiência visual e “auxílio tutor” no aprendizado das disciplinas para o repasse do conteúdo.

Como justificativa social, percebe-se o potencial da biblioteca e de bibliotecários capacitados comprometidos em fomentar o acesso à informação para a sociedade surda. Esse envolvimento é essencial devido as suas condições de intermediar o saber e educação, entretanto, requer preparo e atenção especial para este público no sentido de diminuir as barreiras existentes entre o usuário e a informação.

Carvalho e Kaniski (2000) enfatizam que as bibliotecas devem mudar sua postura de armazenadoras de informações para assumir uma postura centrada no processo de comunicação e, dessa forma, rever e repensar seus processos e a dimensão dos serviços e produtos desenvolvidos. É somente dessa maneira que a biblioteca participará do movimento de inclusão.

O papel do bibliotecário é relevante neste processo, pois o usuário o vê como alguém que irá possibilitar o acesso à informação. É papel deste profissional respeitar o direito de acesso à informação para todo cidadão, em que condição estiver, atentando em seu dever profissional com o compromisso com a inclusão social.

Para alcançar o objetivo geral já exposto, ou seja, investigar as percepções dos bibliotecários sobre as contribuições de seu trabalho para a inclusão social de surdos em seu espaço de atuação, propõe-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar os entrevistados no contexto de sua atuação;
- b) Identificar os trabalhos realizados na biblioteca para inclusão de surdos;
- c) Resgatar as contribuições dos bibliotecários no trabalho de inclusão social de surdos;
- d) Levantar as vivências dos bibliotecários frente a este universo particular.

Na fundamentação conceitual aborda temas como inclusão e exclusão social, o deficiente, o deficiente auditivo, o bibliotecário e a questão da inclusão, bem como, o acesso à informação e a questão da deficiência. Como fundamentação teórica elege o construcionismo social com base na obra “A construção social da realidade”, de Berger e Luckmann (2007) e a noção de interdependência de Norbert Elias (1994), em “A sociedade dos indivíduos”. A fundamentação metodológica, baseada na Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici (2009) foi eleita em consonância com a base teórica, os instrumentos de coleta de dados e a técnica para lidar com esses dados, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que privilegiam o discurso como fonte essencial de informação para o estudo. Afinal, pretende-se conhecer as percepções dos profissionais.

2 FUNDAMENTOS DA PESQUISA

Nesta revisão será exposta a proposição de fundamentação conceitual, teórica e metodológica para a pesquisa. Tais proposições, como mencionado anteriormente, são convergentes e abordam as questões relacionadas ao tema em uma perspectiva de relação inter-humana.

2.1 Fundamentação conceitual

Como fundamentação conceitual foram levantadas questões e autores que abordam temas relativos à inclusão e exclusão social, o deficiente, o surdo, o bibliotecário e a questão de inclusão, bem como, o acesso à informação.

2.1.1 Inclusão e exclusão social

Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Portanto, conforme a autora em lugar da exclusão, o que se tem é a "dialética exclusão/inclusão". (SAWAIA, 2008, p.8).

Esta concepção introduza ética e a subjetividade na análise sociológica da desigualdade, ampliando as interpretações legalistas e minimalistas de inclusão como as baseadas em justiça social e restrita à crise do Estado e do sistema de empregabilidade. Dessa forma, exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro. (SAWAIA, 2008, p.8).

Na análise psicológica, essa lógica dialética inverte a idéia de inclusão social, desatrelando-a da noção de adaptação e normalização, bem como de culpabilização individual, para ligá-la aos mecanismos psicológicos de coação. (SAWAIA, 2008, p. 8).

A lógica dialética explicita a reversibilidade da relação entre subjetividade e legitimação social e revela as filigranas do processo que liga o excluído ao resto da sociedade no processo de manutenção da ordem social, como por exemplo, o papel central que a ideia de nós desempenha no mecanismo psicológico principal da coação social nas sociedades onde prevalece o fantasma do uno e da desigualdade, que é o de culpabilização individual. O pobre é constantemente incluído, por mediações de diferentes ordens, no nós que o exclui, gerando o sentimento de culpa individual pela exclusão. (SAWAIA, 2008, p. 9)

Sawaia (2008, p. 9) reitera que a dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado [...] a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

Assim, mesmo os estudiosos da questão concluem que do ponto de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Fazendo um recorte “ocidental” poder-se-ia dizer que ‘excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores.’ (XIBERRAS, 1993 apud WANDERLEY, 2008, p. 17).

Existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural. (WANDERLEY, 2008, p. 18).

A autora Wanderley (2008), tomou como fonte inicialmente autores franceses contemporâneos, destacando alguns conceitos que compõem esse universo. Conceitos que emergem de diferentes matrizes psicológicas e sociológicas:

- a) A desqualificação: segundo Paugan (1993, apud WANDERLEY, 2008, p.21) é o processo relacionado a fracassos e sucessos da integração.
- b) A “desinserção”: conforme Gaujelac e Leonetti (1994 apud WANDERLEY, 2008, p. 21) é algo que questiona a própria existência das pessoas enquanto indivíduos sociais, como um processo que é o inverso da integração.
- c) A “desfiliação”: Segundo Castel (1995, apud WANDERLEY, 2008, p. 22) analisa e cunha este conceito, significando uma ruptura de pertencimento, de vínculo societal.
- d) A apartação social: proposta por Cristóvão Buarque (1993) designa um processo pelo qual se denomina o outro como um ser “à parte”, ou seja, o fenômeno de separar o outro não apenas como um desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc., mas do gênero humano. É uma forma contundente de intolerância social. (BUARQUE, 1993; NASCIMENTO, 1995, apud WANDERLEY, 2008, p. 22)

A seção a seguir aborda a questão do conceito da deficiência e suas definições. Trata também da descoberta do emprego correto das terminologias utilizadas para tratar os deficientes de maneira que não ofenda este público.

2.1.2 O deficiente

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), define, no item I do Art. 5º, a deficiência física, a deficiência auditiva, a deficiência visual, a deficiência mental e a deficiência múltipla. Esse Decreto regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, sendo esta última a que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A terminologia “pessoas portadoras de deficiência” foi substituída pela denominação “pessoas com deficiência” a partir da Convenção Internacional para a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, em maio de 2006 (ONU, 2006).

Segundo Cutrim Filho (2007) essa terminologia foi escolhida levando em consideração, que não se deve esconder ou camuflar a deficiência, mas mostrá-la com dignidade e valorizar a diferença e as necessidades dela decorrentes.

Nesta pesquisa a terminologia adotada em primeiro momento foi a de “portadores de deficiência”, mas após estudos realizados acerca da literatura científica já existente, observou-se este fator preponderante na construção de um pensamento mais justo e coerente com o tratamento de forma igualitária entre as pessoas. Estas leituras propiciaram a alteração textual e modificação do roteiro de entrevista e demais elementos do trabalho quando se referiam ao deficiente como “portador”.

2.1.3 O surdo

O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), no item 1 do Art. 2º, considera pessoa surda toda pessoa que por perda auditiva compreende o mundo e interage com o mesmo através de experiências visuais, e manifesta sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Para Freitas e Costa (2007), o conceito de deficiência auditiva pode variar em função de aspectos educacionais, sociais, audiológicos e médicos, sendo a deficiência que afeta fortemente na comunicação, desenvolvimento cognitivo, psicossocial, linguagem oral e escrita. Ela varia em graus em função da intensidade sonora que a pessoa é capaz de processar (ALMEIDA-VERDU; SOUZA; BEVILACQUA, 2008). A forma de comunicação, da pessoa com deficiência auditiva, vai depender do grau de perda de surdez dela e se esta passou por processos de tratamento de recuperação da audição ou se utiliza alguma prótese auditiva para intervir na audição e fala.

2.1.4O bibliotecário e a questão da inclusão

Conforme Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002), permitir a todos o acesso à informação é crucial para o desenvolvimento individual e coletivo do cidadão, e o caminho a ser percorrido para capacitar o cidadão ao uso crítico da informação é uma tarefa que as escolas, as universidades e todos os tipos de bibliotecas, públicas, universitárias e outras, devem assumir. Preparar os cidadãos para a sociedade da informação constitui tarefa prioritária para o governo, as organizações e seus profissionais.

A biblioteca deve ser um espaço democrático, um local de aprendizado e principalmente um local de inclusão social, que abranja a todos. O bibliotecário tem como papel, ser o responsável para mediar à informação e se preocupar que a mesma chegue de maneira adequada àqueles que apresentam qualquer tipo de deficiência. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), no Art. 5º, preconiza a seguinte afirmação:

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos. Estes componentes devem constituir um sistema integrado - complementar interativo e de padrões comparáveis - e deve contribuir para criar e desenvolver possibilidades de aprendizagem por toda a vida. (UNESCO, 1990).

O bibliotecário, com condições de atuar como mediador entre a informação disponível e quem dela precisa, tem condição privilegiada para o trabalho de inclusão.

2.1.5 Acesso à informação e a questão da deficiência

Consultado o documento que rege o Direito à Educação (BRASIL, 2006), pelo portal do Ministério da Educação (MEC), verificou-se que o princípio que orienta esta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. A Declaração de Salamanca incluída no documento do Direito à Educação (BRASIL, 2006), assegura que

Deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

Conforme a Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2009), os Estados-Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar da vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam: ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto é possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

2.2 Fundamentação teórica

A pesquisa tem como proposta de fundamentação teórica os estudos de autores como Norbert Elias (com ênfase na interdependência entre os indivíduos), Peter Berger e Thomas Luckmann (baseado no construcionismo social), enfatizando o conhecimento da vida cotidiana, as relações de interdependência entre os indivíduos, validando o senso comum.

Os autores Berger e Luckmann (2007), fazem uma análise sociológica da realidade da vida cotidiana, do conhecimento que dirige a conduta na vida diária. Eles também afirmam que a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.

Segundo Berger e Luckmann (2007, p. 36)

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a sua vida, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles.

Enxergar o próximo como um indivíduo que possui uma realidade por vezes distinta da minha endossa o pensamento de Berger e Luckmann (2007), quando dizem que meus semelhantes com os quais tenho de tratar no curso da vida diária pertencem a uma realidade inteiramente diferente. Os autores asseguram que o mundo consiste em múltiplas realidades e, quando se passa de uma realidade a outra, experimenta-se a transição como uma espécie de choque.

Numa sociedade onde existem diversas realidades sociais diferentes, sempre existirá uma que se destaca mais, a comunidade surda, segundo Strobel é definida como

o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. [...] Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2009, p. 27).

Por exemplo, é uma realidade pouco lembrada, fazendo parte de um grupo de minoria pouco defendida nos meios políticos e sociais. Berger e Luckmann (2007) destacam que entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência. Sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação da realidade predominante.

Conforme Berger e Luckmann (2007, p. 40),

Sei que minha atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objetivações graças às quais este mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do “aqui e agora” de seu estar nele e têm projetos de trabalho nele. Sei também, evidentemente, que os outros têm uma perspectiva deste mundo comum que não é idêntica à minha. Meu “aqui” é o “lá” deles.

A realidade da vida cotidiana é partilhada com outros. Mas, de que modo experimento esses outros na vida cotidiana? (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 46). Os autores enfatizam que a mais importante experiência dos outros ocorre na situação de estar face a face com o outro, que é o caso prototípico da interação social. (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 47). Na situação face a face o outro é plenamente real. Esta realidade é parte da realidade global da vida cotidiana, e como tal maciça e irresistível. Sem dúvida, o outro pode ser real para mim sem que eu o tenha encontrado face a face, por exemplo, de nome ou por me corresponder com ele. Entretanto, só se torna real para mim no pleno sentido da palavra quando o encontro pessoalmente. De fato, pode-se afirmar que o outro na situação face a face é mais real para mim que eu próprio. (BERGER; LUCKMANN 2007, p. 47)

Elias (1994) elucida que a sociedade, como sabemos, somos todos nós, é uma porção de pessoas juntas. Mas uma porção de pessoas juntas na Índia e na China forma um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha. Assim como a sociedade que vivemos hoje, nossa atual realidade, com a realidade da comunidade surda que tem sua cultura, sua língua e suas necessidades diferentes das nossas.

Para Elias (1994, p. 13)

Ela (sociedade) só existe porque existe um grande número de pessoas, que só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular.

Segundo Elias (1994), parte das pessoas aborda as formações sócio-históricas como se tivessem sido concebidas, planejadas e criadas, tal como agora se apresentam ao observador retrospectivo, por diversos indivíduos ou organismos. Outra parte de pessoas, despreza essa maneira de abordar as formações históricas e sociais. Para seus integrantes, o indivíduo não desempenha papel algum.

Conforme Elias (1994), atualmente a função primordial do termo “indivíduo” consiste em expressar a ideia de que todo ser humano do mundo é ou deve ser uma entidade autônoma e, ao mesmo tempo, de que cada ser humano, é em certos aspectos, diferente de todos os demais, e talvez deva sê-lo. Elias (1994) é categórico ao afirmar quando diz que é característico da estrutura das sociedades mais desenvolvidas de nossa época que as diferenças entre as pessoas, sua identidade-eu, sejam mais altamente valorizadas do que aquilo que elas têm em comum, sua identidade-nós.

Segundo Elias (1994), não se pode fechar os olhos para o fato de que, em nossa época, no lugar dos Estados individuais, é a humanidade dividida em Estados que se vai tornando cada vez mais o quadro de referência, como unidade social, de muitos processos de desenvolvimento e mudanças estruturais.

Sem quadros de referência globais, esses processos e mudanças estruturais não podem ser adequadamente diagnosticados ou explicados. O incipiente avanço para o novo nível de integração que se pode observar de todos os lados exige que avancemos na sociologia para um novo nível de síntese. (BERGER; LUCKMANN,2007, p. 136).

Portanto, a fundamentação teórica escolhida nos dá essa visão de mundo para a pesquisa, de que a realidade é construída socialmente, logo, a atuação de indivíduos afeta grupos, sociedades. Somos sociedade de indivíduos.

2.3 Fundamentação metodológica: a Teoria das Representações Sociais

Para Jodelet (2008) a sociedade (toda sociedade) é constituída por um plano simbólico que pode ser configurado como um sistema de crenças ou Representações Sociais (RS) compartilhadas que permitem a comunicação ou a troca de sentidos entre seus membros, conferindo-lhe coesão.

Conforme Lefevre e Lefevre (2012) as representações são influenciadas pelos atributos ou lugares de onde seus sujeitos portadores falam: nacionalidade, gênero, religião/crença, idade, condição social (lugar que ocupa na estrutura produtiva), nível de instrução, estrutura psíquica, traços de personalidade, profissão/ocupação, estrutura física (portador ou não de enfermidade), história de vida e assim sucessivamente.

Para os autores Lefevre e Lefevre (2012), as RS são reelaborações, metabolizações de conhecimentos e informações geradas em certo número de espaços sociais onde, modernamente, tais conhecimentos são produzidos e/ou difundidos: meios de comunicação de massa, internet, escola/academia, centros culturais, museus, centros religiosos, locais de trabalho, núcleo familiar.

As RS obtidas nas fontes mencionadas são também reelaborações de conhecimentos e informações de *certo tipo*: literárias, narrativas, artísticas, científicas, religiosas, jornalísticas, escolares, da experiência comum. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 23).

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), técnica escolhida para coletar, tratar e analisar o discurso dos bibliotecários entrevistados e que será explicitada a seguir, valida as RS. Consiste num conjunto de instrumentos destinados a recuperar e dar a luz às RS, principalmente as que aparecem sob forma verbal de textos escritos e falados, apresentando tais representações sob forma de painéis de depoimentos coletivos.

As RS são, segundo seus formuladores, entidades sociais internalizadas, incorporadas pelos indivíduos e vividas por eles, nas interações correntes, como coisas suas (o que permite que tais indivíduos digam "na minha opinião, do meu ponto de vista...". (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 23).

Dessa forma, a opção do DSC pela *primeira pessoa coletiva do singular* para expressar o pensamento coletivo sinaliza explicitamente a vinculação dessa proposta metodológica com a teoria da RS. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 24).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, serão expostos os procedimentos metodológicos da pesquisa que foram adotados especificando o tipo de pesquisa, seus participantes, a coleta, tratamento e análise dos dados, finalizando com destaque para a observância de questões sobre a ética na pesquisa.

3.1 Pesquisa qualitativa

Este estudo é de cunho qualitativo e a opção por este tipo de pesquisa se consolida também nas escolhas de fundamentação teórico e metodológica já descritas. Segundo Flick (2009) a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida.

Flick (2009) afirma que as narrativas precisam ser limitadas em termos locais, temporais e situacionais. No que diz respeito à pluralização de estilos de vida e de padrões de interpretação na sociedade moderna e pós-moderna, a afirmação de Hebert Blumer torna-se novamente relevante, assumindo novas implicações: “A postura inicial do cientista social e do psicólogo quase sempre carece de familiaridade com aquilo que de fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe a estudar.” (BLUMER, 1969, p. 33 apud FLICK, 2009, p. 21).

Flick (2009) discursa sobre a pesquisa qualitativa dirigir-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais.

Flick (2009) comenta que no que diz respeito, em particular, à pesquisa na área da psicologia, questiona-se sua relevância para a vida cotidiana por não dedicar-se suficientemente à descrição detalhada de um caso ou partir de suas circunstâncias concretas. A análise dos significados subjetivos da experiência e da prática cotidianas mostra-se tão essencial quanto à contemplação das narrativas (BRUNER, 1991; SARBIN, 1986 apud FLICK, 2009) e dos discursos (HARRÉ, 1998 apud FLICK, 2009).

Neste estudo, o discurso é parte essencial para alcance do objetivo principal que busca conhecer as percepções de indivíduos. Para tanto, faz-se necessária a explicitação sobre os entrevistados e os instrumentos de coleta de dados.

3.2 Entrevistados e instrumentos de coleta de dados

Segundo Lefevre e Lefevre (2012), todos os atributos ou variáveis dos sujeitos como: sexo, grau de instrução, nível de renda, entre outros, que podem estar associados e afetando o problema devem ser considerados e investigados na pesquisa. Por isso, é imprescindível no planejamento da pesquisa um cuidadoso levantamento prévio de hipóteses sobre as relações do sujeito e seus atributos com o problema. Porém o pesquisador muitas vezes precisa estabelecer prioridades, pois não é possível estudar todos os agentes/atores envolvidos no tema e problemas escolhidos, obrigando o pesquisador a fazer escolhas.

Conforme Lefevre e Lefevre (2012) a seleção dos sujeitos deve necessariamente possibilitar que as diferentes opiniões existentes surjam do universo das entrevistas. Acompanhando este pensamento, os critérios para tal propósito devem corresponder com a escolha de todos os possíveis portadores de ideias diferentes em relação ao problema pesquisado.

Nesta pesquisa foram enviados convites para participação para vários bibliotecários que, em seu ambiente de atuação, lidam com surdos, tanto na Grande Florianópolis como em Regiões próximas (como Balneário Camboriú, por exemplo). Quatro deles retornaram em tempo para a concretização da pesquisa e aceitaram participar da entrevista. Como o objetivo em trabalhos de representações sociais é buscar a compreensão da percepção dos indivíduos, a quantidade era favorável para a investigação.

O instrumento primordial de coleta de dados foi a entrevista (Apêndice D), já que se prioriza o discurso como “matéria-prima” para este tipo de estudo, mas também foi aplicado um questionário (Apêndice B) para resgatar informações complementares, referentes ao perfil e alguns dados do local de trabalho dos entrevistados.

Com relação à entrevista, pode-se destacar que, com a elaboração do roteiro de entrevista utilizado como instrumento de coleta, visa resgatar os depoimentos do pensamento coletivo. E segundo Lefevre e Lefevre (2012) a formulação deve passar por alguns pontos importantes, que por experiência do autor, se mostrou como facilitadores na obtenção e recuperação de opiniões sobre temas e problemas propostos. São nove os passos que Lefevre e Lefevre (2012) elaboram para seguirmos como roteiro na criação do questionário, são estes: o primeiro ponto é

considerar o problema, redigir os objetivos e assim elaborar a questão. O segundo ponto é verificar se a pergunta é compatível com a natureza do objetivo, por exemplo, cognitivo, atitudinal e comportamental. O terceiro ponto é uma pergunta para cada objetivo pesquisado, do contrário, se as perguntas se compartilhassem com mais de um objetivo o risco de não atingir todos os objetivos seria grande. O quarto ponto condiz com o cuidado de não ser ambíguo, numa mesma questão verificar se a mesma não está conduzindo para objetivos diferentes. O quinto ponto trata-se de evitar as induções. O sexto ponto ensina a buscar questões que levem à produção de discursos explicativos, que evitem respostas do tipo sim e não. O sétimo ponto ensina ao entrevistador a ser claro na formulação da questão, que atinja os diferentes estratos pesquisados, desde os menos escolarizados até os mais esclarecidos. O oitavo ponto indica que quem trabalha com o DSC, não é permitido o trabalho com roteiros flexíveis, aqueles onde o pesquisador introduz mais perguntas para poder atender ao sujeito entrevistado, isto porque pode impossibilitar a reconstrução das representações coletivamente compartilhadas. E por fim, o nono ponto, é chegado o momento do pré-teste para quem utiliza o DSC é parte fundamental este processo, é a verificação e análise das questões correspondendo com os objetivos de forma que todos os estratos de sujeitos estão compreendendo perfeitamente.

Por meio do instrumento de coleta utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, as entrevistas, foram obtidas informações relevantes para alcançar os objetivos propostos. Com a metodologia do DSC, foi possível conhecer de maneira bastante clara e significativa sobre as percepções dos bibliotecários sobre seu trabalho de inclusão com surdos. O fato de utilizar as entrevistas como ferramenta de coleta de dados, permitiu uma maior abertura para que os entrevistados ficassem a vontade para falar o quanto pensavam sobre cada questão elaborada pela autora.

A aplicação das entrevistas e a coleta total das mesmas aconteceram em um período de um mês, demandando tempo e disponibilidade na agenda dos entrevistados que nem sempre podiam comparecer na data marcada. Observou-se por parte dos entrevistados, a consideração do trabalho como interessante e bastante útil para aprofundamento no estudo sobre os surdos.

3.3 O DSC: técnica de coleta, tratamento e análise dos dados

O entrevistador que segue a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, segundo Lefevre e Lefevre (2012), exige dele uma conduta imparcial, e para isto existem algumas recomendações necessárias para este seguir e ter bom resultado na sua pesquisa. No momento da entrevista, o entrevistador deve se apresentar da mesma maneira para todos os entrevistados, seguindo um *script* e usar sempre o mesmo formulário (Apêndice C). Esta recomendação foi seguida pela pesquisadora, oferecendo um mesmo estímulo para todos os entrevistados.

Lefevre e Lefevre (2012) continua sua exposição de recomendações alertando sempre para o clima da entrevista ser de cordialidade, explicando que não existem perguntas certas ou erradas e a identidade do entrevistado não será exposta na pesquisa. Neste sentido, a pesquisadora atentou para questões de ética na pesquisa (Apêndice A), como será descrito posteriormente.

Lefevre e Lefevre (2012) afirma que na técnica do DSC, os depoimentos são redigidos na primeira pessoa do singular e o DSC é composto por um número determinado de depoimentos derivados de distintos indivíduos que expressam diferentes tipos de pensamento coletivo sobre determinado tema.

Segundo Lefevre e Lefevre (2012) A proposta do DSC busca entender a “fala direta” para a dimensão subjetiva das representações sociais, dimensão vista tradicionalmente como incapaz de se auto-expressar, condenada a permanecer eternamente como uma terceira pessoa “de quem se fala”, necessitando por isso, para ser veiculada, de um “tutor” (o pesquisador), ou seja, de um sujeito a ela exterior. A primeira pessoa coletiva do singular é, pois, uma das bases da proposta do DSC.

O DSC constitui um novo método que foi desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP), usado em pesquisas de opinião, representação social, que tenham como objeto (material) de pesquisa os depoimentos ou outros suportes de material verbal como revistas e jornais (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 16). O DSC no que diz respeito às pesquisas de opinião que combinam o método qualitativo e quantitativo representa um grande avanço. Transformando-se a pesquisa em quali-quantitativa, pois em todos os momentos do estudo, é conservada a natureza discursiva e qualitativa da opinião ou representação e a dimensão quantitativa,

associada à representatividade e generalização dos resultados. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 16).

De posse dos discursos, os mesmos foram transcritos para que, a partir das transcrições (Apêndice D), fossem extraídas dos discursos as expressões-chave (ECH). As expressões-chave são trechos da fala do entrevistado que revelam a essência das questões formuladas (Apêndice C). A partir das ECH, são elaboradas ideias centrais (IC) que dão o sentido das ECH. Não são interpretações, mas descrições das ECH. É realizado um agrupamento das IC de mesmo sentido para a elaboração do DSC final.

Como a pesquisa é direcionada a pessoas, em respeito às mesmas, destaca-se um tópico de ética na pesquisa a seguir, ressaltando o cuidado ético deste estudo.

3.4 Ética na pesquisa

Para Flick (2009) a pesquisa tornou-se uma questão de ética. São questões relativas à proteção dos interessados daquelas pessoas dispostas a participar de um estudo ou sobre os escândalos referentes a dados manipulados colocam, repetidamente, o tema da ética na pesquisa em primeiro plano.

Deste modo foram criados códigos de ética em vários países e também a construção de comitês de ética, visando proteger a identidade do indivíduo entrevistado durante todo o processo da pesquisa. Particularmente os códigos de ética são mais utilizados na medicina, porém existe em outros contextos.

Flick (2009, p.51) afirma que

A suscetibilidade, cada vez maior ao longo dos anos, às questões éticas da pesquisa conduziu a um processo de formulação de códigos de ética e de instituição de comitês de ética em diversas áreas. Como frequentemente ocorre no campo da ética, existe uma tensão entre a elaboração de regras gerais (como, por exemplo, nos códigos de ética), a constituição de instituições de controle (como os comitês de ética) e a consideração destes princípios na prática diária no campo e no processo de pesquisa.

Flick (2009) comenta que a formulação dos códigos de ética visa à regulamentação das relações dos pesquisadores com as pessoas e os campos que pretendem estudar. Os princípios da ética de pesquisa postulam que os

pesquisadores evitem causar danos aos participantes envolvidos no processo por meio do respeito e da consideração por seus interesses e necessidades.

Uma exigência dos códigos de ética é de que a pesquisa precisa estar fundamentada no consentimento informado, onde os participantes da pesquisa concordem em participar com base nas informações fornecidas pelos pesquisadores. Flick (2009) também diz que outra exigência da pesquisa é evitar prejudicar os participantes, o que inclui não invadir suas privacidades, nem enganá-los quanto aos objetivos da pesquisa.

Este consentimento informado, para este estudo, é materializado a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), no intuito de preservar a identidade e resguardar as pessoas que tiveram prontidão e colaboraram com a pesquisa.

4 DSC FINAL E SUA ANÁLISE

Esse discurso do sujeito coletivo teve por finalidade revelar as percepções dos bibliotecários sobre suas contribuições no trabalho de inclusão social com surdos, sobre o fruto de sua atuação na biblioteca em que trabalha voltado para o público surdo, suas vivências anteriores com o universo da surdez ou alguma outra deficiência, a identificar as diferenças e necessidades deles. E assim levantar as representações do sujeito coletivo através das narrativas dos bibliotecários entrevistados.

4.1 O DSC Final

O DSC final é um discurso organizado a partir das ECH extraídas dos depoimentos recolhidos sobre as percepções dos bibliotecários no trabalho de inclusão social com surdos, com o intuito de responder ao objetivo principal da pesquisa: investigar as percepções dos bibliotecários sobre as contribuições de seu trabalho para a inclusão social de surdos em seu espaço de atuação.

Existem trechos sublinhados sem itálico indicando que não são provenientes das falas dos entrevistados, mas são conectores com único propósito de dar encadeamento ao texto. Foram escolhidos com o cuidado necessário para que não interferissem no pensamento exposto nas entrevistas.

As reticências entre colchetes [...] foram empregadas para representar supressão de termos ou expressões cuja omissão não interfere no entendimento do discurso proferido e, ao mesmo tempo, permite a redução da extensão textual do conjunto de ideias apresentadas. As partes que estão em itálico correspondem à transcrição literal das entrevistas. (SILVA, 2011, p. 113)

Os locais e os nomes que possivelmente poderiam identificar os entrevistados foram ocultados mediante utilização de colchetes e reticências [...].

A soma desses discursos é apresentada a seguir:

Com relação às vivências anteriores com pessoas com necessidades especiais, meu contato era pouco [...] na verdade eu tive poucas vivências [...] antes da [local atual de trabalho] eu tive pouquíssimas, [...] oportunidades de conviver ou de trabalhar com pessoas que tinham algum tipo de necessidade especial, seja física, intelectual

[...]. [...] A amiga de uma tia tinha uma filha surda, eu era criança [...] a gente conseguia brincar porque era criança, não fazia diferença ela ser surda [...] tinha a menina com deficiência mental na rua, sabia que tinha um surdo no bairro onde eu morava, mas não tinha um contato [...]. [...] Na minha família até tem um caso de portador de necessidades especiais [...] mas [...] acho que a partir da faculdade é que a gente começou a se interar com essa situação, e também a ter colegas com essas necessidades especiais [...] quando a gente começa a estudar a questão dos pejorativos, as nomenclaturas, [...] lembro que [...] tinha uma cadeirante no colégio [...]. [...] Na universidade não teve, no meu tempo de graduação, ninguém com qualquer tipo de deficiência, mobilidade reduzida [...]. [...] Na verdade eu fui receber esse grupo, conhecê-los com mais profundidade na minha atuação como bibliotecária, com a chegada dos estudantes com algum tipo de deficiência na [local de trabalho atual] [...]. [...] A partir do momento que eu me formei, [...] a gente começa a ter essa presença de usuários nas bibliotecas ou em outros setores aonde a gente participa, por exemplo, na biblioteca aonde eu trabalho, teve uma funcionária por sete anos portadora de necessidades especiais. [...] Eu mesma já passei por situações, [...], temporárias de mobilidade reduzida. [...] Eu não tive muitas vivências com deficientes e na realidade era até, acho que eu não sei se poderia dizer que eu tinha um preconceito, mas eu tinha um medo de tratar a questão [...] não tive nenhuma vivência anterior que me influenciasse [...] mas depois com o contato com os alunos surdos sim [...] então [...] veio um estagiário da biblioteconomia que se interessou em fazer estudo de usuário com este público, e a partir do estudo de usuário dele a gente começou a identificar quais eram as diferenças, as necessidades [...] então [...] a gente tem muito receio de como implementar ações para acessibilidade se a gente mesmo não sabe como conversar, atender, um usuário com necessidade especial [...] enfim [...] minhas vivências anteriores, na verdade, que eu posso te dizer que a minha educação, a educação de pai e mãe, que apesar de não terem essa convivência foi-se muito educada para tratar as pessoas de forma igualitária, independente da condição dela, da condição financeira, da condição física [...], então isso sempre me norteou, na verdade é por isso eu sempre digo, vem da minha educação, e daquilo que estudei, pesquisei dos saberes que tem em volta né, mas é minha formação de educação que me fomentou isso. Com relação as minhas vivências com inclusão de surdos na biblioteca, acabei fazendo meu mestrado, uma pesquisa sobre fontes de informação

para os alunos surdos, é então, com o intuito de adequar o acervo o que realmente eles precisavam, se precisava ser muito diferente [...], se fosse era para fortalecer a parte de computadores e acabou que a partir da pesquisa foram percebidos que precisavam muito material com a parte visual bem ressaltada [...] orientar os professores para quando eles fossem escolher o material que privilegiassem essa parte visual [...]. [...] Depois da pesquisa, foi dessa forma que eu procurei agir com os professores [...] ali no ambiente [...] acaba que o nosso público maior é de deficientes visuais, mas os alunos surdos ou do curso de LIBRAS também frequentam bastante, então, minha vivência é com eles ali [...] então é o atendimento com o usuário que podemos dizer que me favoreceu essas vivências [...]. [...] Nós temos professores surdos na universidade, usuários, alunos, né, são eles que precisam desse apoio, desse auxílio, tem pessoas capacitadas, intérpretes, e vão e ficam durante a aula toda, durante todas as necessidades enquanto eles estão na universidade ajudando, e a gente tem situações desses alunos que vem na biblioteca, então com a presença do intérprete e aí ele diz o que, que precisa e o intérprete passa para gente e a gente auxilia na recuperação da informação. Minha percepção do impacto do meu trabalho na vida dos surdos é que, o bibliotecário tem um impacto muito grande, se a gente souber adequar o nosso espaço ali né, com as fontes de informação que a gente tem para qualquer usuário a gente vai causar um impacto na vida deles, seja ele surdo ou não, [...] eu acho que eu não sinto tanto que tenha o impacto, mas acredito que tenha pelo próprio setor e as atividades que o [setor do local que trabalha acessibilidade] desenvolve como o [nome do evento], [...] então eu acho que tem um impacto importante, só eu não sei mensurar o quanto [...] eu acho que a gente tem que se preocupar, a gente tem que estar tentando atender a todos, não importa se ele é branco, preto, se ele tem restrições quanto à mobilidade reduzida, visão baixa [...] então, essas atividades propiciam encontro entre eles e eu acredito que fez assim, melhorou algumas situações, ajudou as pessoas a se conhecerem, daí um colaborava com o outro [...] eles sempre são surdos bem atendidos, que se sentem menos excluídos, isso é muito forte né [...]a gente tem lá, uma menina, que morou [país onde morou] fora, ela também não consegue nem conversar com LIBRAS e ela não consegue nem se posicionar, ela não consegue ter outros meios de comunicação, é uma questão anterior, de alfabetização, isso pega lá quando ela chega na biblioteca, e não vai saber nem o que pedir, ela não vai nem saber comunicar ou pensar naquilo que ela conversou

com o professor ou quem orientou lá, um pouco mais que um serviço de biblioteca universitária, um serviço de atendimento básico, [...], não é se ela sabe ou não o nome do autor corretamente, se ela sabe escrever ou não, ela não sabe nem se expressar, é básico, então pra esse grupo, em alguns momentos da comunicação básica, é o fator preponderante, muito mais que acervo, então assim, é um atraso histórico nesse sentido [...]. [...] Mas isso ainda acontece muito forte, muitos registros, nesses casos, a gente já sabe que vai ter que fazer uma orientação anterior, pra que ela consiga usar não só a biblioteca universitária, mas qualquer serviço da universidade e que ela consiga se comunicar em sala de aula, porque se ela for fazer uma avaliação, ela não vai saber sinalizar pro intérprete dela o que ela quer que ele escreva na prova, se ela quiser fazer uma tradução, o intérprete pode fazer, [...] se ela não quiser responder em LIBRAS, gravar, é uma gravação, mas isso é uma barreira imensa, essa barreira da língua é muito forte [...] o trabalho do bibliotecário é esse, conhecer a necessidade dos nossos usuários, entender o que ele quer, compreender, e tentar ajudá-lo a recuperar esta informação, e buscar caminhos acessíveis pra que ele possa ter a recuperação da informação.

4.2 Análise do DSC Final

O discurso deste sujeito coletivo, apresentado anteriormente, revela em princípio as suas vivências com pessoas com necessidades especiais. Em seguida, trata do impacto dessas vivências na decisão em implementar medidas de inclusão de deficientes em seus locais de atuação, bem como, a vivência com estes indivíduos e o impacto que julgam que o trabalho que desempenham têm na vida dos surdos. Estes discursos serão, a seguir, pontuados e analisados levando em consideração a subjetividade da pesquisadora, no sentido de que irá levantar os pontos a partir de sua própria vivência. Esta análise é realizada agrupando outros autores para ampliar as possibilidades de reflexão acerca do tema, sempre perseguindo o objetivo geral do estudo.

4.2.1 As vivências do sujeito coletivo ao longo da vida com pessoas com necessidades especiais

O sujeito coletivo destaca o convívio, ainda que escasso, que teve ao longo de sua vida com deficientes, mencionando períodos da infância, por exemplo, quando destaca que: *a amiga de uma tia tinha uma filha surda, [...] a gente conseguia brincar porque era criança, não fazia diferença ela ser surda [...] tinha a menina com deficiência mental na rua, sabia que tinha um surdo no bairro onde eu morava.* Berger e Luckmann (2007) destacam a relevância das relações cotidianas, a experiência mais importante dos indivíduos ocorre nas situações de estar face a face com o outro. Os autores ressaltam que o outro se torna real no pleno sentido da palavra, quando o encontro ocorre pessoalmente. Essas pessoas quando se apresentam diante de nós, não estão mais invisíveis. Estamos olhando para elas, convivemos com elas.

Relata casos familiares com pessoas deficientes: *[...] Na minha família até tem um caso de portador de necessidades especiais [...].* A consciência da existência de alguém, a compreensão do outro, implica na apresentação deste outro. Schutz (2012, p.181) menciona sobre a relevância desta apresentação e destaca que a “compreensão da outra pessoa ocorre somente mediante apresentação, sendo que cada um tem somente suas próprias experiências dadas na presença originária.”

O sujeito coletivo também destaca a relevância do ambiente educacional para a promoção deste encontro, desta apresentação. Relevante destacar que o espaço escolar e universitário foi modificado a partir de várias legislações e normativas que privilegiam a inclusão nas instituições educacionais. Entre elas a convivência com pessoas com deficiência, a partir do Decreto nº 5.626/2005, nº 10.436/2002. A partir deste Decreto, pode-se conviver com intérpretes de LIBRAS em salas aula, realidade muito recente nos espaços educacionais. Tal Decreto também assegura o atendimento educacional especializado para alunos surdos:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (BRASIL, 2005).

Estas legislações tiveram um impacto na vivência dos estudantes e isso se revela na fala do sujeito coletivo, quando destaca que, a partir destes espaços, se deu o contato com pessoas e questões relacionadas à deficiência. Menciona que: *a partir da faculdade é que a gente começou a se interar com essa situação, e também a ter colegas com essas necessidades especiais lembro que [...] tinha uma cadeirante no colégio [...].* Através destas falas percebe-se o impacto dessas legislações no âmbito do ensino.

O cuidado com as terminologias utilizadas no meio acadêmico e escolar é algo que chamou atenção no discurso do sujeito coletivo, quando ele diz que *[...] acho que [...] quando a gente começa a estudar a questão dos pejorativos, as nomenclaturas, [...].* Sasaki (2002, p.1), que dedicou um artigo exclusivamente para tratar das nomenclaturas mais apropriadas relacionadas aos deficientes, reitera que

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que aproximadamente 14,5% da população brasileira possuem.

Denota-se que o contato com o aluno surdo foi mais efetivo depois que o sujeito coletivo veio a atuar como bibliotecário, quando ele diz *[...] na verdade eu fui receber esse grupo, conhecê-los com mais profundidade na minha atuação como bibliotecária, com a chegada dos estudantes com algum tipo de deficiência na [local de trabalho atual] [...].* Oliveira e Silva (2013) ressalta que os centros de informação têm a função de facilitadores no uso da informação colocando mais uma vez o surdo dentro desse contexto e garantindo ao surdo o direito à informação e inclusão em todos e quaisquer centros de informações tais como: museus, arquivos, bibliotecas. Seria pertinente citar o papel do bibliotecário como mediador entre o usuário e a informação e o não menos importante, o papel dos professores e interpretes de LIBRAS.

4.2.2 O impacto das vivências na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho

Neste determinado ponto da pesquisa o sujeito coletivo aborda a vivência com colega de trabalho deficiente e relaciona sua experiência pessoal de mobilidade reduzida, [...], *por exemplo, na biblioteca aonde eu trabalho, teve uma funcionária por sete anos, portadora de necessidades especiais. [...] Eu mesma já passei por situações [...] temporárias de mobilidade reduzida. [...].* A conscientização de se posicionar no lugar do outro, reflete sobre o direito de serem iguais perante a sociedade. Eco (2009, p. 83, apud SILVA, 2011, p. 28), em diálogo com Martini, menciona de forma assertiva o surgimento da ética escrevendo que “a dimensão ética começa quando entra em cena o outro. [...] não se trata [...] de uma vaga propensão sentimental, mas de uma condição fundadora.” Souza (2002) endossa este pensamento destacando que a ética nasce com a humanidade, em momento fundante, em que o homem se conscientiza de seu ser com o outro e se percebe entre iguais. Berger e Luckmann (2007) afirmam que “a socialização secundária é a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições.” A socialização secundária se dá também em ambientes como os de trabalho. Os “submundos” interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais, em contraste com o “mundo básico” adquirido na socialização primária. Contudo, eles também são realidades mais ou menos coerentes, caracterizadas por componentes normativos e afetivos assim como cognoscitivos.

Percebeu-se que o sujeito coletivo em determinados momentos de sua vida sentiu dificuldade de interação com o público deficiente, como nesta situação: *Eu não tive muitas vivências com deficientes e na realidade era até, acho que eu não sei se poderia dizer que eu tinha um preconceito, mas eu tinha um medo de tratar a questão [...].* Na concepção de com Gesser (2012, p. 127),

os ouvintes que entram em contato com o surdo pela primeira vez demonstram certo temor, provocado por sua incapacidade de usar LIBRAS ou mesmo pela ideia de que não conseguirão entender ou ser entendidos nas primeiras interações com surdo.

O receio de começar a implantação de medidas para acessibilidade é outro ponto evidente mostrado nas narrativas do sujeito coletivo, quando o mesmo diz: [...] *a gente tem muito receio de como implementar ações para acessibilidade se a gente*

mesmo não sabe como conversar, atender, um usuário com necessidade especial. O impasse de ter tido pouco suporte para compreender o universo surdo, representa uma barreira no relacionamento do bibliotecário com o deficiente, e revela nas palavras de Duarte e Cohen (2006) que, em muitos casos, pode ser pior que os obstáculos físicos. Com base no conceito de Exclusão Espacial de Duarte e Cohen (1995), os espaços não acessíveis trabalham como atores de um *apartheid* (segregação) silencioso que acaba por gerar, nas pessoas com restrições físicas, a consciência de pertencer a uma minoria excluída da sociedade.

A partir de estudo de usuário feito por um estagiário de biblioteconomia mudanças começaram a surgir no ambiente de trabalho, quando menciona: [...] *veio um estagiário da biblioteconomia que se interessou em fazer estudo de usuário com este público, e a partir do estudo de usuário dele a gente começou a identificar quais eram as diferenças, as necessidades.* A importância da adaptação para espaços mais inclusivos de acordo com Duarte e Cohen (2004) são aqueles que permitem que todos, inclusive as pessoas com deficiência, tenham experiências com segurança, competência e liberdade, através de uma relação harmoniosa. Isto é, portanto, uma questão de direito, sendo que a impossibilidade de vivenciar o espaço da mesma forma que os demais usuários são barreiras ao convívio social. (DUARTE; COHEN, 2003). E obedece ao decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004) que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00, sendo esta última a que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, diz no Art. 24 que

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

O sujeito coletivo aborda a questão da educação familiar como formadora de caráter e a construção ética do pensamento para o que ele é hoje, quando menciona: [...] *minhas vivências anteriores, na verdade, que eu posso te dizer que a minha educação, a educação de pai e mãe, que apesar de não terem essa convivência foi-se muito educada para tratar as pessoas de forma igualitária, independente da condição dela, da condição financeira, da condição física [...].* Marcondes (2007) explicita e destaca três dimensões de ética. A primeira dimensão

coloca em seu sentido básico ou descritivo, ou seja, o apanhado de costumes, valores e hábitos de um povo, que os define e diferencia. A segunda dimensão é compreendida como sistema prescritivo de normas e regras que estabelecem e justificam valores e deveres, sejam eles gerais ou específicos, como um código de ética profissional. E a terceira para finalizar, a dimensão que dá conta do sentido reflexivo e filosófico que sustenta as teorias e concepções filosóficas da ética, como é o caso da ética da responsabilidade, dos princípios, do utilitarismo, da alteridade, etc. Neste caso, a segunda dimensão é a que mais se aproxima da narrativa deste sujeito coletivo, quando comenta do estabelecimento dos valores e deveres de um indivíduo, seguindo um código de ética profissional. A compreensão de mundo que ele tem depois educado para agir de tal forma ou maneira.

Neste sentido, pode-se perceber que o sujeito coletivo é impactado em suas relações com pessoas deficientes. Essas pessoas se revelam como pessoas existentes, presentes, com necessidades específicas e que, como todos, precisam uns dos outros.

4.2.3 As vivências com a inclusão de surdos no trabalho

Para o sujeito coletivo as vivências com a inclusão de surdos na biblioteca refletiram numa dissertação de mestrado, como diz a narrativa: *acabei fazendo meu mestrado [...], [...] e acabou que a partir da pesquisa foram percebidos que precisavam muito material com a parte visual bem ressaltada [...] orientar os professores para quando eles fossem escolher o material que privilegiassem essa parte visual [...]*. A vivência e o estudo propiciaram mudança de mentalidade e colaboraram para um espaço educacional mais igualitário e que pudesse oferecer melhores fontes de informação para os surdos e outros deficientes. Segundo Machado (2009), “fonte de informação pode ser considerada qualquer recurso que responda a uma demanda de informação por parte dos usuários, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, etc.”. O contato com diversas fontes no momento da pesquisa fará com que os funcionários, alunos e usuários tenham maior capacidade de selecionar o material de acordo com suas necessidades. (KUHLETHAU, 2004).

O sujeito coletivo destaca que a universidade é composta por professores, usuários e alunos com deficiência, são eles que fazem o conjunto de pessoas que

buscam conhecimento na biblioteca e em outros serviços através desta afirmação: *[...] Nós temos professores surdos na universidade, usuários, alunos, né, são eles que precisam desse apoio, desse auxílio, tem pessoas capacitadas, intérpretes, e vão e ficam durante a aula toda, durante todas as necessidades enquanto eles estão na universidade ajudando, e a gente tem situações desses alunos que vem na biblioteca, então com a presença do intérprete e aí ele diz o que, que precisa e o intérprete passa para gente e a gente auxilia na recuperação da informação.* Existem decretos, portarias e leis que facilitam o acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino superior com condições mínimas de acessibilidade, neste caso, o aluno é amparado pela Portaria nº 3.284/2003 (BRASIL, 2003), o objetivo dessa portaria é assegurar aos alunos com deficiência física e sensorial as condições básicas de acesso, de mobilidade e de utilização dos equipamentos e instalações das instituições de ensino superior.

A vivência com a surdez despertou por parte do profissional a necessidade de saber mais, de estar capacitado para compreender sua especificidade e, conseqüentemente, propiciar ambiente favorável ao acesso à informação.

4.2.4 O impacto do trabalho do sujeito coletivo na vida dos surdos

O sujeito coletivo percebe que existe impacto na vida dos surdos, porém não sabe mensurar o tamanho deste impacto. No setor em que trabalha ocorrem atividades de interação entre esse público e é por meio desta ocasião que ele sente o impacto do seu trabalho na vida deles, a narrativa mostra esta situação: *eu acho que eu não sinto tanto que tenha o impacto, mas acredito que tenha pelo próprio setor e as atividades que o [setor do local que trabalha acessibilidade] desenvolve como o [nome do evento], [...] então eu acho que tem um impacto importante, só eu não sei mensurar o quanto [...] então, essas atividades propiciam encontro entre eles e eu acredito que [...] melhorou algumas situações, ajudou as pessoas a se conhecerem, daí um colaborava com o outro [...].* Cabe ao bibliotecário promover a inclusão social dos surdos e outros tipos de deficiência que freqüentam seu ambiente de trabalho, de modo a ajudar nas atividades e atender às necessidades de informação de seu público. A Lei nº 7.853/1989 (BRASIL, 1999) dispõe o apoio a pessoas deficientes e sua integração social. O Decreto nº 3.289/1999 (BRASIL, 1999), Art. 5º, itens I, II e III garante a inclusão dos deficientes mediante o

- I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;
- II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e
- III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

O sujeito coletivo destaca: *a gente tem que se preocupar, a gente tem que estar tentando atender a todos*. Este discurso reforça a necessidade de atenção que o profissional deve ter com os diferentes usuários. Reforça a questão de, no trabalho nas unidades de informação, olhar inicialmente para as pessoas.

Segundo Estabel, Moro e Santarosa (2006) é através da educação, de um novo olhar para o diferente que a sociedade deve estar sedimentada. Faz-se necessário criar espaços, ambientes de aprendizagens, reais e virtuais, onde cada sujeito sinta-se parte, integrado, em condições de crescimento. Mas, acima de tudo, deve-se capacitar profissionais que sejam encantados pelo ato de educar, de orientar, de criar.

Destaca no discurso que *essas atividades propiciam encontro entre eles* e a partir disso, acredita que algumas situações se modificaram para melhor, propiciou a ajuda mútua, ao sentimento de fazer parte: *ajudou as pessoas a se conhecerem, daí um colaborava com o outro [...] eles sempre são surdos bem atendidos, que se sentem menos excluídos, isso é muito forte né [...]*.

O bibliotecário tem o dever de propiciar situações de colaboração e cooperação nas atividades realizadas dentro da biblioteca. Segundo Estabel, Moro e Santarosa (2006, p. 122) a “participação ativa das situações de aprendizagem propostas, transformando os espaços de sala de aula e da biblioteca em ambientes efetivos de aprendizagem.” Nessas atividades os alunos/usuários surdos tornam-se o centro do processo de ensino e de aprendizagem, tornando-se responsáveis pela sua aprendizagem e co-responsáveis pela aprendizagem do grupo do qual fazem parte.

Quando existe uma relação de compartilhamento, de troca, de cooperação e colaboração, o aluno passa a ser parceiro deste processo, em uma construção conjunta que depende de um coletivo. Professores e bibliotecários devem ser os mediadores do processo de inclusão. Cabe ao professor possibilitar ao aluno que este se sinta integrado ao grupo do qual faz parte, através da interação com os outros. Que o bibliotecário-educador trabalhe em conjunto com o professor e vice-versa, sendo um elo de

ligação entre a informação e os alunos. (ESTABEL; MORO; SANTAROSA, 2006, p. 121).

O sujeito coletivo reforça que o *trabalho do bibliotecário é esse, conhecer a necessidade dos nossos usuários, entender o que ele quer, compreender, e tentar ajudá-lo a recuperar esta informação, e buscar caminhos acessíveis pra que ele possa ter a recuperação da informação*. Como este trabalho não terá impacto para uma comunidade de surdos?

Conforme Maia (et al., 2011), cabe ao bibliotecário ser um elemento dinâmico que perceba as necessidades e hábitos informacionais das pessoas com deficiência e às suas potencialidades enquanto usuários. Desta forma o bibliotecário poderá realizar um atendimento satisfatório a esses indivíduos nos seus diversos interesses sejam eles culturais, educacionais ou profissionais, contribuindo para sua inclusão social. Os bibliotecários têm competências e recursos para influenciar o meio social no processo de inclusão de surdos antes excluídos pela sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais motivações em realizar esta pesquisa, originou-se da experiência da autora com a comunidade surda e cega durante sua juventude e sua incansável vontade de colaborar com o desenvolvimento do acesso à informação para uma sociedade mais igualitária e justa. As vivências com amigos deficientes durante o colégio a fizeram perceber o mundo de maneira diferente, a partir de então, a autora começou a pensar em maneiras de como poderia contribuir para a melhoria deste mundo único.

Foram vários trabalhos voluntários voltados à acessibilidade até o ingresso no curso de biblioteconomia na UFSC. Desde o segundo semestre do curso, o tema para a monografia havia sido decidido devido o que as vivências anteriores tinham representado na vida da autora.

A análise realizada com base nas narrativas coletadas permitiu conhecer e categorizar as informações e direcionar os resultados para atingir os objetivos da pesquisa. A partir dos resultados obtidos pelo questionário foi possível conhecer o perfil dos bibliotecários respondentes, em sua totalidade todos os respondentes trabalham em bibliotecas universitárias, são mulheres e a faixa etária aproximada é por volta dos 35 anos. Os trabalhos realizados em relação à inclusão de surdos no espaço de trabalho abrangem a adaptação do acervo com livros com ilustrações mais ressaltadas, processamento técnico e disseminação de livros didáticos em libras, atendimento ao usuário com intérpretes de libras na biblioteca, capacitações da equipe em relação à linguagem de sinais, ações culturais inclusivas oferecidas pela biblioteca, distribuição de cartilhas apresentando o alfabeto, cores e números em libras.

A conscientização de se posicionar no lugar do outro, reflete sobre o direito de serem iguais perante a sociedade, a partir deste momento, este fator se tornou preponderante no momento de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho. Suas percepções através das representações vividas anteriormente com a cultura surda e outros tipos de deficiência não influenciaram de maneira efetiva o poder de decisão de ter alguma atitude inclusiva dentro da biblioteca.

Foi observado que as relações cotidianas na infância ou com familiares deficientes não foram tão expressivas e não influenciaram decisões na atuação do bibliotecário no seu espaço de trabalho e que este pensamento só veio a se

transformar depois das vivências dentro da própria instituição de trabalho quando este teve contato com os surdos e enfrentou barreiras no atendimento e falta de material acessível para este público.

Graças às leis, decretos e portarias criadas em favor da inclusão social e educacional para os surdos é que esta realidade vem se modificando aos poucos. Os surdos se tornaram visíveis desta forma, para uma sociedade que antes não os considerava parte de um público que merecesse atenção da mesma forma que um aluno não deficiente recebe.

O bibliotecário visto como mediador do saber e do conhecimento deve trabalhar para que seu ambiente de trabalho seja acessível para todos os usuários e o que foi percebido nos discursos, é a consciência de colaboração e inclusão para que este ambiente realmente se torne real.

A vivência com os surdos e demais deficiências despertou no bibliotecário a necessidade de conhecer mais, de estar capacitado para compreender suas especificidades e, conseqüentemente, propiciar ambiente favorável ao acesso à informação. Reconheceu-se que existem poucas iniciativas, ações e programas realizados que incluam um serviço amplo de acessibilidade dentro das bibliotecas e universidades, onde o aluno/usuário surdo se sinta totalmente amparado em um ambiente educacional que o vá compreender e interagir com ele de maneira justa e igualitária. Porém, os bibliotecários buscam através de encontros programados entre esta comunidade, ajudar na inclusão social dos mesmos. A divulgação destes encontros, a adaptação dos materiais e atendimento especializado faz com que o surdo se sinta percebido, notado por profissionais que prezam pelo seu crescimento educacional e social. Tal atitude quebra a barreira de comunicação existente e que os mantinha afastados dos meios sociais, aonde poderiam desenvolver suas habilidades e aprender com os demais. O bibliotecário como promotor destas trocas de conhecimento, engajado no serviço de possibilitar acesso à informação e inclusão demonstra que, para além de alcançar os objetivos do estudo, a pesquisa resgata o lado humano da profissão, a interdependência que temos entre nós, seres humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-VERDU, A. C. M.; dos SANTOS, S. L. R.; de SOUZA, D. G.; BEVILACQUA, M. C. Ouvir e falar: repertório de comunicação em surdos que receberam o implante coclear. In: PINHO, S. Z.; SAGLIETTI, J. R. C. (org.). **Revista Eletrônica Núcleos de Ensino**. São Paulo: UNESP, p.902-913, 2008. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/publicações.php>>. Acesso em: 18/nov/2014.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 27 ed. Petrópolis (RJ), Vozes, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília (DF) : Edições Câmara, 2009. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/.../legislacao_portadores_deficiencia_5ed.pdf?...7>. Acesso em: 08 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 3 dez. 2004. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2005. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 22 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004.../decreto/d5626.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 3.289, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito à educação**: subsídios para gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. 2. ed. Brasília (DF): MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. **A sociedade do conhecimento e o acesso à informação**: para que e para quem?. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v29n3.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. **Segregação e exclusão sócio-espacial**: a questão dos portadores de deficiência física. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, VI, 1995, Brasília, DF. **Anais...** Brasília (DF) : ANPUR, 1996, p. 1023-1032.

CUTRIM FILHO, P. B. **Acessibilidade ao meio físico como direito fundamental**. São Luiz (MA): 2007. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos/mono_pedro_berge.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. O ensino da arquitetura inclusiva como ferramenta para melhoria da qualidade de vida para todos. In: LARA, F.; MARQUES, S. (Org.). **Projetar**: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto. Rio de Janeiro (RJ) : Virtual Científica, 2003, p. 159-173.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Afeto e lugar: a construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldades de locomoção. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE NO COTIDIANO, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro (RJ) : UFRJ, 2004

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de Ensino Fundamental. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO NÚCLEO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA DE ARQUITETURA E URBANISMO – NUTAU, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo (SP) : FAUUSP, 2006

ELIAS, Nobert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro (RJ), 1994.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. BIBLIOTEC II: o bibliotecário como mediador propiciando a inclusão informacional, social, educacional e digital através da EAD. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa (PB), v. 16, n. 2, p.127-141, 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>>. Acesso em: 21 out. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre (RS) : Artmed; São Paulo: Bookman, 2009.

FREITAS, C. D.; COSTA, M. L. Processo de adaptação de próteses auditivas em usuários atendidos em uma instituição pública federal - parte I: resultados e

implicações com o uso da amplificação. **Rev Bras Otorrinolaringol.**, v. 73, n. 6, p. 744-51, 2007.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS**. 1. ed. São Paulo (SP) : Parábola editorial; 2012.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader. **As artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2008. p. 53 – 66.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. **Pesquisa de Representação Social: Um enfoque Qualiquantitativo**. 2 ed. Brasília : Liber Livro Editora, 2012.

MACHADO, Marli. **A biblioteca universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação**. Florianópolis, 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/MACHADO-Marli.pdf> >. Acesso em: 03 nov. 2014.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz. et al. **O bibliotecário como mediador no processo de transferência da informação para pessoas com deficiência visual**. XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Sistemas de Informação, Multiculturabilidade e Inclusão Social. Maceió (AL), 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/6166/1/2011_Aniolly.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**. Rio de Janeiro (RJ) : Jorge Zahar, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Leila Lemos de; SILVA, AntonioLuis Fonseca. **A libras como instrumento de inclusão socioeducacional no ambiente da biblioteca: uma análise descritiva**. Revista Interdisciplinar, v. 6, n. 3, p. 213-231, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/convencao.php>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo (SP), ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

SAWAIA, Bader; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; JODELET, Denise; ET al. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 8 ed. Petrópolis (RJ) : Vozes, 2008.

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. **É preciso estar atento** : a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias. Florianópolis (SC), 2011. 386 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis (RJ), Vozes, 2012.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis:Ed. da UFSC, 2009.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. **Funções Sociais e Oportunidades para Profissionais da Informação**. DataGramaZero. Revista de Ciência da Informação v.3 n.5 out/02. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out02/Art_04.htm> Acesso em: 27 jun 2014.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien>. Acesso em: 07 nov. 2014.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. **As artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2008. p. 16 – 26.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Angélica Maria Germanovix, estou desenvolvendo pesquisa intitulada “Percepções de Bibliotecários sobre sua Contribuição no Trabalho de Inclusão Social de Surdos” que objetiva investigar as percepções dos bibliotecários sobre as contribuições de seu trabalho para a inclusão social de surdos em seu espaço de atuação sob orientação da Profa. Me. Ana Cláudia Perpétuo. Esta pesquisa faz parte do requisito final para aprovação no Curso de Biblioteconomia, iniciado em 2011, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Serão entrevistados bibliotecários de todas as regiões de Santa Catarina e sua aceitação em participar da pesquisa é muito importante. Informo que nenhum participante será identificado pelo nome, mantendo as informações sob sigilo. Em qualquer momento, fique a vontade para esclarecer dúvidas sobre a pesquisa e desistir da participação, se assim desejar.

Aluna

Orientador

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____/____/201__.
(Cidade, Estado) (Data)

Assinatura: _____ RG: _____

APÊNDICE B - Questionário**A – IDENTIFICAÇÃO GERAL**

Idade: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

B - ESCOLARIDADE E PROFISSÃO UFSC UDESC Outro _____

Atuação:

 Biblioteca Escolar Biblioteca Universitária Biblioteca Especializada Biblioteca Comunitária**C – Cite os trabalhos realizados na biblioteca para inclusão de surdos:**

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista

1 Quais as vivências anteriores que você teve com pessoas portadoras de necessidades especiais ao longo de sua vida?

2 Essas vivências tiveram alguma influência na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho?

3 Quais as vivências que você teve frente a inclusão de surdos na biblioteca em que trabalha?

4 Qual sua percepção do impacto do seu trabalho na vida dos surdos?

5 Você pode ficar a vontade para falar alguma coisa que desejar, algum comentário das perguntas, do trabalho que estou fazendo, da sua percepção em geral sobre isso, o seu trabalho aqui na biblioteca.

APÊNDICE D – Transcrição das entrevistas na íntegra

ENTREVISTADO (A) – A

Pesquisadora: Quais as vivências anteriores que você teve com pessoas portadoras de necessidades especiais ao longo de sua vida?

A.: *É... antes de entrar aqui no [local atual de trabalho], eu não havia tido nenhuma experiência, foi aqui mesmo que foi a minha primeira experiência com aluno surdo. Algum familiar? Até teve, agora aqui puxando, lembrei, a amiga de uma tia tinha uma filha surda, tem né, ela ainda está viva (risos), mas meu contato era pouco, eu era criança e conseguia se comunicar muito bem com todo mundo. Humm..não sentia necessidade de aprender a língua de sinais até porque o contato era bem pouco e via que ela interagia bem também. A gente conseguia brincar porque era criança, não fazia diferença ela ser surda.*

Pesquisadora: Essas vivências tiveram alguma influência na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho?

A.: *É... a vivência com essa menina quando era criança, não, mas depois com o contato com os alunos surdos sim, porque é, tínhamos um ensino médio bilíngue para os alunos aqui na instituição e eu não entendia porque que eles não freqüentavam a biblioteca, eu pensava, meu Deus, eles são só surdos, mas eles sabem ler, então teve um...veio um estagiário da biblioteconomia que se interessou em fazer estudo de usuário com este público, e a partir do estudo de usuário dele a gente começou a identificar quais eram as diferenças, as necessidades e que eles não sabiam ler como a gente imaginava, começou a (não decifrei) (...)... não saber ler, começou a entender o mundo, o surdo, a cultura surda, foi a partir desse momento, no trabalho.*

Pesquisadora: Quais as vivências que você teve frente a inclusão de surdos na biblioteca em que trabalha?

A.: Bom... é então a partir desse momento eu acabei fazendo meu mestrado, uma pesquisa [tema da pesquisa], é então, com o intuito de adequar o acervo o que realmente eles precisavam, se precisava ser muito diferente né, se fosse era para fortalecer a parte de computadores e acabou que a partir da pesquisa foram percebidos que precisavam muito material com a parte visual bem ressaltada, só que o que, que caberia ao bibliotecário? (pergunta da entrevistada) Orientar os professores para quando eles fossem escolher o material que privilegiassem essa parte porque eu não tenho competência técnica de dizer: olha esse você vai usar esse livro de química, esse livro de literatura, esse livro, porque quem vai dizer é o professor que é especialista na área, mas só orientando para eles buscarem essas fontes com bastante visual, tentar achar outras alternativas, no computador, foi esse o trabalho, o resultado do trabalho, essa foi a vivência, depois a pesquisa, foi dessa forma que eu procurei agir com os professores, mas não foi muito além porque o núcleo de surdos ele migrou do campus [nome da localidade] [São José] e foi pro campus [nome da localidade] bilíngue, e ficou estacionado esse trabalho.

Pesquisadora: Qual sua percepção do impacto do seu trabalho na vida dos surdos?

A.: Olha, a gente, o bibliotecário tem um impacto muito grande, se a gente souber adequar o nosso espaço ali né, com as fontes de informação que a gente tem para qualquer usuário a gente vai causar um impacto na vida deles, seja ele surdo ou não. É você mostrando que existem outras possibilidades dele procurar, “ah tem esse livro aqui” bem colorido, mas tem computador disponível pra você, né, é, vai fazer com que ele se interesse em procurar o conhecimento, seja para o entretenimento, ou seja, para o próprio estudo, né ele vai saber que indo naquele local vai ter suas necessidades de informação atendidas, né. Focando no usuário surdo, se ele ver que a equipe sabe libras, ele já vai ficar bem mais satisfeito, “ah aquela pessoa consegue se comunicar comigo”, vai mostrar o que ele quer realmente, não vai se sentir excluído né, mesmo não sabendo a libras a gente consegue se comunicar com eles, pela escrita, por gestos, mas se já teve sua equipe treinada, isso é um ponto positivo, ele já vai se sentir mais a vontade pra entrar e ver que tem uma imensidão de pontes ali né.

Pesquisadora: Você pode ficar a vontade para falar alguma coisa que desejar, algum comentário das perguntas, do trabalho que estou fazendo, da sua percepção em geral sobre isso, o seu trabalho aqui na biblioteca.

A.: *Eu acho que o trabalho sobre acessibilidade em qualquer instituição é muito importante, hoje as instituições estão vendo isso, também porque quando existia a avaliação de curso do MEC, é um dos itens avaliados, se a biblioteca é acessível ou não, né, geralmente eles avaliam mais a parte de acessibilidade física né, mas não é só isso, tem que ser acessível a tudo, você não pode ficar esperando ter um aluno surdo, chegar um aluno cego pra se adaptar, você também não precisa fazer um acervo enorme se não tem aquele público, mas se tem alguma coisa já, é tem computador disponível pro surdo, é o material que eles utilizam, é no computador que ele todas as fontes, todos os recursos pra que ele entenda bem o que ele está procurando, às vezes ele não consegue ler, não está alfabetizado, então tendo um computador disponível já vai facilitar o acesso a informação pro surdo, né, a mesma coisa para um aluno cego, se ele aparecer, se você tiver um material em braile, que bom, vai estar feliz, mas se já tiver aqueles softwares, Dosvox, acho que é assim se chama, que traduz, que ele pode escutar, isso já é um facilitador, então todas as bibliotecas deveriam pensar nessa parte de acessibilidade, não esperar que aconteça, apareceu um projeto, um recurso financeiro, dá pra comprar? Dá, né, deixa ali, porque pode não só o aluno, mas de repente o funcionário daquela instituição por algum acidente, alguma coisa, ficou com alguma deficiência, ele também vai frequentar aquela biblioteca, então tem que se pensar em todas as possibilidades, né.*

ENTREVISTADO (A) – B

Pesquisadora: Quais as vivências anteriores que você teve com pessoas portadoras de necessidades especiais ao longo de sua vida?

B.: *Antes da [local atual de trabalho] eu tive pouquíssimas, ãhn, oportunidades de conviver ou de trabalhar com pessoas que tinham algum tipo de necessidade especial, seja física, intelectual, enfim né... Na outra universidade que eu trabalhei antes da [local de trabalho atual], a gente tava começando a falar sobre o assunto e na biblioteca, eu lembro que uma única iniciativa foi a instalação de um software leitor de tela pros cegos, né, mas foi muito pouco mesmo que eu tive de vivências*

antes de vir para a universidade, antes de vir para a [local de trabalho atual] (corrigindo-se). Algum familiar, alguma experiência que você teve com jovens? Na minha família até tem um caso de portador de necessidades especiais, mas que eu quase não convivi com essas pessoas assim, bem pouco.

Pesquisadora: Essas vivências tiveram alguma influência na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho?

B.: No meu caso não, como eu não tive muitas vivências e na realidade era até, acho que eu não sei se poderia dizer que eu tinha um preconceito, mas eu tinha um medo de tratar a questão, que eu percebo que é até uma coisa comum que às vezes é com outros colegas também, que a gente tem muito receio de como implementar ações para acessibilidade se a gente mesmo não sabe como conversar, atender, um usuário com necessidade especial né, então assim, eu não tive nenhuma vivência anterior que me influenciasse nisso, como eu assumi aqui o setor, tinha já um setor específico, eu acabei aprendendo e trabalhando com as pessoas que já estavam no setor.

Pesquisadora: Quais as vivências que você teve frente a inclusão de surdos na biblioteca em que trabalha?

B.: Além do próprio ambiente de acessibilidade e é... ali no ambiente até a nossa... acaba que o nosso público maior é de deficientes visuais, mas os alunos surdos ou do curso de libras também frequentam bastante, então, minha vivência é com eles ali, e também com relação a universidade, a universidade já teve a iniciativa de fornecer o curso de libras, eu já fiz curso de libras, então eu pude conhecer um pouco mais sobre esse universo, o próprio professor que eu tive era surdo, também né, então foi nessa linha do contato com os alunos, seja pelo [setor do local que trabalha acessibilidade], seja para também com essa oportunidade de fazer o cursinho.

Pesquisadora: Qual sua percepção do impacto do seu trabalho na vida dos surdos?

B.: Nossa, hehehe... Eu acho que eu não sinto tanto que tenha o impacto, mas acredito que tenha pelo próprio setor e as atividades que o [setor do local que trabalha acessibilidade] desenvolve como o [nome do evento],né, então, essas

atividades propiciam encontro entre eles e eu acredito que fez assim, melhorou algumas situações, ajudou as pessoas a se conhecerem, daí um colaborava com o outro, então eu acho que tem um impacto importante, só eu não sei mensurar o quanto né, às vezes a gente recebe o feedback dos próprios alunos, agradecendo, ou comentando como foi bom, como foi feita tal e tal atividade, um evento, né.

Pesquisadora: Você pode ficar a vontade para falar alguma coisa que desejar, algum comentário das perguntas, do trabalho que estou fazendo, da sua percepção em geral sobre isso, o seu trabalho aqui na biblioteca.

B.: Eu acho que eu acrescentaria algo, isso é mais uma decisão minha, junto com as colaboradoras do [setor do local que trabalha acessibilidade], a gente já vinha conversando sobre isso desde o início do ano de fazer mais ações para os surdos, já que o ambiente atualmente o público maior é de cegos, a gente percebe que tem uma deficiência de atender aos surdos e o que eles precisam então fazer um levantamento disso. Acho que ficaria assim o objetivo do que eu poderia acrescentar é que são objetivos para o presente e futuro próximo intensificar ações para o atendimento a comunidade surda dentro da universidade.

ENTREVISTADO (A) – C

Pesquisadora: Quais as vivências anteriores que você teve com pessoas portadoras de necessidades especiais ao longo de sua vida?

C.: Na verdade eu tive poucas vivências, como na infância né, tinha a menina com deficiência mental na rua, sabia que tinha um surdo no bairro onde eu morava, mas não tinha um contato né, até tinha com essa coisa quando a gente começa a estudar a questão dos pejorativos, as nomenclaturas,... “ele era o surdinho”, “era a mocinha doente”, essas coisas, mas depois a própria, no ensino fundamental e médio, tinha uma cadeirante no colégio, que é o que eu me recordo, a [nome da cadeirante], um convívio muito natural com ela, na universidade não teve, no meu tempo de graduação, ninguém com qualquer tipo de deficiência, mobilidade reduzida, não encontrei ninguém, na [instituição de estudo na graduação] começaram também, na verdade eu fui receber esse grupo, conhecê-los com mais profundidade na minha atuação como bibliotecária, com a chegada dos estudantes com algum tipo de

deficiência na [local de trabalho atual], onde eu atuo, foi nesse espaço, tá...E aí em diante só tem, o tempo todo, hehehe...

Pesquisadora: Essas vivências tiveram alguma influência na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho?

C.: Minhas vivências anteriores, na verdade, que eu posso te dizer que a minha educação, a educação de pai e mãe, que apesar de não terem essa convivência foi-se muito educada para tratar as pessoas de forma igualitária, independente da condição dela, da condição financeira, da condição física, eu até comentei isso na capacitação, que a minha mãe sempre me disse, “olha para as pessoas não pelo o que elas tem fisicamente e sim pelo que elas são”, então isso sempre me norteou, na verdade é por isso eu sempre digo, vem da minha educação, e daquilo que estudei, pesquisei dos saberes que tem em volta né, mas é minha formação de educação que me fomentou isso.

Pesquisadora: Quais as vivências que você teve frente a inclusão de surdos na biblioteca em que trabalha?

C.: As vivências, primeiro são as barreiras, barreiras de comunicação, eu até hoje não domino libras, mas assim, busquei formação para as pessoas todas, eu tenho o meu sinal de libras, que é um “S” aqui no meu rosto, éhh..na minha sobancelha, por causa do meu cabelo ruivo, me batizaram por causa do cabelo, por isso começa aqui (gesticula o sinal), o vídeo aqui, nós não temos um grupo de estudantes surdos, eu não tenho colegas de trabalho surdos ainda, eu não tenho professores, corpo de docência surdos, então é o atendimento com o usuário que podemos dizer que me favoreceu essas vivências, mas se muito na comunicação, porque o surdo nós temos hoje, que eu convivi, ele pede muito mais do que recursos acessíveis de leitura, daquilo que a biblioteca oferece e mais uma comunicação pra ele poder se interar do que ele tem, do que ele pode acessar, muito focado nisso ainda.

Pesquisadora: Qual sua percepção do impacto do seu trabalho na vida dos surdos?

C.: Ela é forte né, haha, porque por mais que a gente tenda, hoje a gente deve ter lá cinco surdos, aqui na [localidade de trabalho], eles sempre são surdos bem atendidos, que se sentem menos excluídos, isso é muito forte né, essa entrega pela metade. Essa semana, um colega intérprete de [cidade] ainda comentou, por exemplo, da dificuldade de um surdo que a gente tem lá, um surdo com dificuldade de alfabetização, tanto em LIBRAS como no português oralizado, então na aprendizagem deles, como eu também trabalho além da biblioteca com um programa e acompanho toda a parte metodológica, estratégias, do desenvolvimento deles no curso, eu acabo indo um pouco além do recurso da informação, então assim, agora a gente tá buscando, por isso que eu fui essa semana pegar os materiais, buscar com a bibliotecária do processamento técnico, que a gente tá com um material pendente, pra ver que recursos a gente tem lá, se tem algum objeto de aprendizagem que a gente pode usar com esse menino, talvez ele se consegue melhorar, porque se ele não tem uma comunicação ou um entendimento da língua, o português ou o inglês como a gente tem lá, uma menina, que morou nos [país onde morou] afora, ela também não consegue nem conversar com LIBRAS e ela não consegue nem se posicionar, ela não consegue ter outros meios de comunicação, é uma questão anterior, de alfabetização, isso pega lá quando ela chega na biblioteca, e não vai saber nem o que pedir, ela não vai nem saber comunicar ou pensar naquilo que ele conversou com o professor ou quem orientou lá, um pouco mais que um serviço de biblioteca universitária, um serviço de atendimento básico, né, não é se ele sabe ou não o nome do autor corretamente, se ele sabe escrever ou não, ele não sabe nem se expressar, é básico, então pra esse grupo, em alguns momentos da comunicação básica, é o fator preponderante, muito mais que acervo, então assim, é um atraso histórico nesse sentido hehe.. tá, mas isso ainda acontece muito forte, muitos registros, nesses casos, a gente já sabe que vai ter que fazer uma orientação anterior, pra que ele consiga usar não só a biblioteca universitária, mas qualquer serviço da universidade e que ele consiga se comunicar em sala de aula, porque se ele for fazer uma avaliação, ele não vai saber sinalizar pro intérprete dele o que ele quer que ele escreva na prova, se ele quiser fazer uma tradução, o intérprete pode fazer, se ele quiser, se ele não quiser responder em LIBRAS, gravar, é uma gravação, mas isso é uma barreira imensa, essa barreira da língua é muito forte, essa comodidade, que a gente chama de comodidade.

Pesquisadora: Você pode ficar a vontade para falar alguma coisa que desejar, algum comentário das perguntas, do trabalho que estou fazendo, da sua percepção em geral sobre isso, o seu trabalho aqui na biblioteca.

C.: *Sabe o que é Angélica, como eu fico assim, eu sou bibliotecária, mas eu atuo tanto no programa, muito mais hoje, do que qualquer, do que em, os serviços, eles já estão lá feitos, na verdade, os outros bibliotecários que estão tocando, hehehe..eu participei da construção né, eu to muito no, eu coordeno o programa institucionalmente e no campus, então eu to envolvida com esse processo inteiro, vai além bem além da biblioteca, então fica até difícil de separar, hahaha, que eu só olho a universidade no todo, eu olho às vezes no todo, como nós temos o programa dividido em seis eixos, então esse de acessibilidade informacional que cabe né, com conteúdo de informação e a acessibilidade comunicacional com os recursos de comunicação pra todos, pra todas as pessoas, então eu fico muito envolvida com isso tudo, não fico só lá na biblioteca, é..*

O que eu vejo que a gente ainda tem, uma escassez de material, a gente não tem material pra comprar no mercado editorial, básico de biblioteca universitária, é.. talvez a [instituição de ensino] por ter uma modalidade de ensino a distância e desenvolve materiais didáticos, seja os objetos de aprendizagem, seja os livros didáticos, sejam as web conferências, seja o tipo de recurso que a metodologia exige, eu não sei se nós teríamos um pouco mais do que o clássico que se oferece hoje para pessoas surdas no ensino superior. Na biblioteca universitária? Eu desconheço outras universidades, centros universitários ou faculdades que tenham algum recurso além do livro, que o cego chama de livro em tinto, que é o material impresso, além disso, os recursos de comunicação pra que ele possa chegar nesse material impresso, não vai além disso, eu desconheço, falando de Brasil, claro, mas é o que eu percebo é isso, que eu tenho te contado, além dos glossários, dicionários de LIBRAS nacional, que tem, mas ele não tem, por exemplo, a gente tá falando aí de ensino superior, dicionários técnicos, terminologia em ensino superior que a gente não avançou aí em pesquisa, fazer toda a construção dos sinais, que a gente acabou de formar o estudante surdo em engenharia civil, cinco anos de sinais produzidos, né, uma especificidade nos cálculos, na engenharia, em projetos, foi o melhor aluno da turma, ele vai ser um excelente profissional, aí eu quero saber que outros recursos informacionais esse..é... engenheiro civil agora, vai ter pra continuar, como é que vai ser a educação continuada dele? Isso é desconhecido ainda, então

a lacuna continua imensa, talvez a [instituição de ensino], que tenha o curso de letras LIBRAS, pode ter um acervo, eu desconheço qual vínculo dessa produção com a biblioteca universitária da [instituição de ensino], talvez a [instituição de ensino] possa te dar essa informação, que eu não tenho haahah.. que valeria investigar. Então, eu acho que é isso.

ENTREVISTADO (A) – D

Pesquisadora: Quais as vivências anteriores que você teve com pessoas portadoras de necessidades especiais ao longo de sua vida?

D.: Essa questão de portadores pode ser qualquer uma né? Não só..vinculada a surdez. Eu acho ao longo da minha vida, durante a infância não tive problemas nesse sentido, quer dizer, situações de vivência assim, acho que a partir da faculdade é que a gente começou a se interar com essa situação, e também a ter colegas com essas necessidades especiais, a partir do momento que eu me formei, isso em 2001, a gente começa a ter essa presença de usuários nas bibliotecas ou em outros setores aonde a gente participa, por exemplo na biblioteca aonde eu trabalho, teve uma funcionária por sete anos portadora de necessidades especiais, agora ela se aposentou por invalidez, então a gente tem que estar sempre atento aos cuidados que essas pessoas tem de diferentes né, dos demais usuários. (Algun familiar? - Angélica), Não, pessoalmente não tenho nenhuma situação de pessoas portadoras de necessidades especiais, eu mesma já passei por situações assim, mas temporárias, eu fiz três cirurgias, então eu fiquei seis meses de muleta, de cadeira de rodas, então eu passei por situações de mobilidade reduzida.

Pesquisadora: Essas vivências tiveram alguma influência na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho?

D.: Sim, eu acho que tanto da questão da acessibilidade, mobilidade, que faz a gente passando por situações parecidas que a gente vê a necessidade das pessoas, sabe o que é uma calçada plana faz a diferença, uma escada, um elevador, a questão também, eu já fui presidente da [nome do órgão que presidiu], nós na época, enquanto presidente, a gente fez o [nome do evento] aqui em [nome da cidade onde foi sediado o evento], e aí deste evento, participaram muito usuários

portadores de necessidades entre, surdez, mobilidade... Então a gente teve que saber como atender a todos, este ano também aconteceu o [nome do evento] em [nome da cidade onde foi sediado o evento], e eu como membro da [órgão no qual a entrevistada faz parte], também participei ativamente na questão da publicação dos trabalhos, então a gente vê desde a acessibilidade no site, é um evento pra pessoas que são diferentes e que precisam acessar essas informações, como fazer um site acessível pra essas pessoas, pra que elas possam fazer publicação de trabalhos, até então não se pensava nisso, então agora a gente, vê que a necessidade deles, ou seja também, é um evento específico ou não, mas eles tem que ter acesso a informação, né, a gente tem que ter um acervo e tem que ter uma disponibilidade de informação pra qualquer tipo de usuário, seja uma pessoa que tenha dificuldade de se movimentar dentro da biblioteca ou de visualizar a informação.

Pesquisadora: Quais as vivências que você teve frente a inclusão de surdos na biblioteca em que trabalha?

D.: Nós temos alguns, eu não posso precisar a quantidade de usuários porque eles são registrados junto ao [órgão de regularização dos usuários com necessidades especiais], e o setor de [órgão de regularização dos usuários com necessidades especiais] é o setor de apoio mesmo as pessoas, seja funcionários, professores, nós temos professores surdos na universidade, usuários, alunos, né, são eles que precisam desse apoio, desse auxílio, tem pessoas capacitadas, intérpretes, e vão e ficam durante a aula toda, durante todas as necessidades enquanto eles estão na universidade ajudando, e a gente tem situações desses alunos que vem na biblioteca, então com a presença do intérprete e aí ele diz o que que precisa e o intérprete passa para gente e a gente auxilia na recuperação da informação, a gente pesquisa no sistema, ele até pesquisa, o usuário pesquisa, mas ele passa a informação de uma forma pro intérprete e a gente ajuda nesse sentido. Inclusive nós tivemos formação continuada de professores agora em julho e teve uma que era a questão do [curso on-line oferecido aos professores], que são cursos online para professores e funcionários e um dos nossos professores tava participando era surdo, e nós estávamos com duas intérpretes junto, passando pra ele que o que o palestrante tava passando, e vice versa passando as questões, então a instituição se preocupa tanto não é só na parte de aluno, mas também de funcionários e professores que tão se relacionando com esses usuários.

Pesquisadora: Qual sua percepção do impacto do seu trabalho na vida dos surdos?

D.: *Eu acho que a gente tem que se preocupar, o impacto do nosso trabalho em todos os usuários, ou seja, a gente tem que estar tentando atender a todos, não importa se ele é branco, preto, se ele tem restrições quanto a mobilidade reduzida, visão baixa, a gente tem situações também de problemas de visão, ou que ele não escuta muito bem o que a gente fala, eu acho que a gente tem que estar atento a todos os nossos usuários, pra que ele não saia do nosso setor, da biblioteca, ou da unidade de informação, sem a informação que ele tá procurando, por falta da gente compreender a necessidade dele, então a gente precisa realmente compreender o que ele tá querendo, então não importa o usuário, né, acho que a necessidade de informação dos usuários tem que ser levado em conta primeiramente por nós, pra que possa satisfazer a necessidade dele e eu acho que o trabalho do bibliotecário é esse, conhecer a necessidade dos nossos usuários, entender o que ele quer, compreender, e tenta ajudá-lo a recuperar esta informação, e buscar caminhos acessíveis pra que ele possa ter a recuperação da informação, ah, se nós temos áudio livros, temos a questão dos intérpretes, que a gente tem o caminho específico pra deficientes visuais, pra chegar até a informação, se a gente tem identificação das estantes em Braille pra facilitar, são acho que todos os recursos que existem ou que possam facilitar a vida dos usuários, acho que o bibliotecário e a equipe tem que estar a par, buscar implantar esses recursos na biblioteca.*

Pesquisadora: Você pode ficar a vontade para falar alguma coisa que desejar, algum comentário das perguntas, do trabalho que estou fazendo, da sua percepção em geral sobre isso, o seu trabalho aqui na biblioteca.

D.: *Eu acho que esse teu trabalho é interessante pra nossa área, bastante relevante, porque normalmente, se preocupa com a maioria, a maioria são as pessoas normais, sem problemas, sem necessidades, não vou dizer que é um problema, mas uma necessidade diferente né? E aí a gente prepara um acervo específico pra aquele usuário, a gente faz isso, a gente só prepara um ambiente se aparecer um usuário com aquela deficiência e eu acho que não é dessa forma, então cada semestre a gente tem que saber que usuário nós vamos ter pra daí preparar o ambiente, nós já temos que ter um acesso pra todos os tipos de usuários, talvez a gente não tenha que ter um acervo específico, já que não tem uma demanda, mas nós temos que ter*

a acessibilidade na nossa biblioteca, nós temos que ter recursos e pessoas que entendam da linguagem de sinais, pessoas que estejam aptas pra ajudar essa pessoa, caso ele apareça, uma vez que a biblioteca é universitária/comunitária, qualquer pessoa da comunidade poder vir a procurar e qualquer aluno matriculado que tenha alguma deficiência também pode vir procurar. E assim eles já sentem diferentes na vida deles, por ter essa deficiência, se ele chegar num setor que não esteja preparado pra atendê-lo ele vai se sentir mais diferente ainda e não vai querer participar ou usar desse setor. Então se a gente tiver os recursos disponíveis vai facilitar bastante a vida deles. E eu acho que é isso que eu vejo, acho que a gente tem que se preocupar mesmo, não é só quando tem eventos como o [nome do evento], não é só quando tem uma demanda pra gente procurar, eu acho que a gente tem que se preocupar já ali deixar um ambiente preparado, como a estrutura necessária, né.

APÊNDICE E - Instrumento e tabulação dos discursos dos bibliotecários sobre suas contribuições no trabalho com usuários surdos: utilização do DSC

Pergunta 1: Quais as vivências anteriores que você teve com pessoas portadoras de necessidades especiais ao longo de sua vida?

Sujeito	Expressões-Chave	Ideia Central
A Sujeito A	<p><i>[...]a amiga de uma tia tinha uma filha surda, [...] mas meu contato era pouco, eu era criança.</i></p> <p><i>A gente conseguia brincar porque era criança, não fazia diferença ela ser surda.</i></p>	<p>Infância - filha surda de uma amiga de uma tia. A</p> <p>Pouco contato *</p>
B Sujeito B	<p><i>Antes da [local atual de trabalho] eu tive pouquíssimas, ãhn, oportunidades de conviver ou de trabalhar com pessoas que tinham algum tipo de necessidade especial, seja física, intelectual, enfim né [...]</i></p> <p><i>[...] mas foi muito pouco mesmo que eu tive de vivências antes de vir para a universidade [...]</i></p> <p><i>Na minha família até tem um caso de portador de necessidades especiais, mas que eu quase não convivi com essas pessoas assim, bem</i></p>	<p>Pouca vivência antes do local atual de trabalho*</p> <p>Familiar deficiente B</p>

<p>C Sujeito C</p>	<p><i>pouco.</i></p> <p><i>Na verdade eu tive poucas vivências, como na infância né.</i></p> <p><i>[...] tinha a menina com deficiência mental na rua, sabia que tinha um surdo no bairro onde eu morava, mas não tinha um contato né, até tinha com essa coisa quando a gente começa a estudar a questão dos pejorativos, as nomenclaturas,[...] tinha uma cadeirante no colégio [...]</i></p> <p><i>[...] na universidade não teve, no meu tempo de graduação, ninguém com qualquer tipo de deficiência, mobilidade reduzida [...]</i></p> <p><i>[...] na verdade eu fui receber esse grupo, conhecê-los com mais profundidade na minha atuação como bibliotecária, com a chegada dos estudantes com algum tipo de deficiência na [local de trabalho atual].</i></p>	<p>Pouca vivência*</p> <p>Infância – um pouco de contato com deficiência mental, motora e surdez. A</p> <p>Universidade – estudo de nomenclaturas relativas ao tema. C</p> <p>Ambiente de trabalho – maior convivência com os estudantes com necessidades especiais. D</p>
<p>D Sujeito D</p>	<p><i>[...] situações de vivência assim, acho que a partir da faculdade é que a gente começou a se interar com essa situação, e também a ter colegas com essas necessidades especiais.</i></p> <p><i>[...] a partir do momento que eu me formei, [...] a gente começa a ter essa presença de usuários nas bibliotecas ou em</i></p>	<p>Faculdade – vivência com colegas com necessidades especiais. C</p> <p>Ambiente de trabalho - experiências com usuários. D</p> <p>Experiência pessoal - mobilidade reduzida temporária. E</p>

	<p><i>outros setores aonde a gente participa, por exemplo, na biblioteca aonde eu trabalho, teve uma funcionária por sete anos portadora de necessidades especiais.</i></p> <p><i>[...] eu mesma já passei por situações, [...], temporárias de mobilidade reduzida [...]</i></p>	
--	---	--

Pergunta 2: Essas vivências tiveram alguma influência na decisão de implementar medidas de inclusão no ambiente de trabalho?

Sujeito	Expressões-Chave	Ideia Central
Sujeito A	<p><i>A vivência com essa menina quando era criança, não, mas depois com o contato com os alunos surdos sim, porque é, tínhamos um ensino médio bilíngue para os alunos aqui na instituição [...]</i></p> <p><i>[...] eu não entendia porque que eles não freqüentavam a biblioteca [...], eles são só surdos, mas eles sabem ler, então teve um... veio um estagiário da biblioteconomia que se interessou em fazer estudo de usuário com este público, e a partir do estudo de usuário dele a gente começou a identificar quais eram as diferenças, as necessidades e que eles não sabiam ler como a gente imaginava.</i></p>	<p>Vivência da infância não influenciou. A</p> <p>Contato com alunos - Contato com os alunos surdos. Influenciou. B</p> <p>Ambiente de trabalho - Estagiário fez estudo de caso e identificou diferenças e necessidades dos surdos. C</p>
Sujeito B	<i>[...] eu não tive muitas vivências e na realidade</i>	Não teve muitas vivências, certo

	<p><i>era até, acho que eu não sei se poderia dizer que eu tinha um preconceito, mas eu tinha um medo de tratar a questão.</i></p> <p><i>[...] a gente tem muito receio de como implementar ações para acessibilidade se a gente mesmo não sabe como conversar, atender, um usuário com necessidade especial, [...], não tive nenhuma vivência anterior que me influenciasse.</i></p>	<p>preconceito/medo de tratar a situação. *</p> <p>Posição pessoal - Receio de implantar ações para acessibilidade. D</p> <p>Não teve vivência anterior que a influenciasse.*</p>
Sujeito C	<p><i>Minhas vivências anteriores, na verdade, [...] eu posso te dizer que a minha educação, a educação de pai e mãe, que apesar de não terem essa convivência foi-se muito educada para tratar as pessoas de forma igualitária, independente da condição dela, da condição financeira, da condição física [...], então isso sempre me norteou, na verdade é por isso eu sempre digo, vem da minha educação, e daquilo que estudei, pesquisei dos saberes que tem em volta né, mas é minha formação de educação que me fomentou isso.</i></p>	<p>Educação da família - Educação dos pais para tratar a todos de maneira igualitária. E</p> <p>Educação da família - serviu de orientação para que o(a) sujeito(a) fomentar o que é hoje no setor de trabalho. E</p>
Sujeito D	<p><i>Sim, eu acho que tanto da questão da acessibilidade, mobilidade, que faz a gente passando por situações parecidas, que a gente vê a</i></p>	<p>Vivências anteriores influenciaram. *</p>

	<i>necessidade das pessoas.</i>	
--	---------------------------------	--

Pergunta 3: Quais as vivências que você teve frente a inclusão de surdos na biblioteca em que trabalha?

Sujeito	Expressões-Chave	Ideia Central
Sujeito A	<p><i>[...], acabei fazendo meu mestrado, uma pesquisa sobre fontes de informação para os alunos surdos, é então, com o intuito de adequar o acervo o que realmente eles precisavam, se precisava ser muito diferente né, se fosse era para fortalecer a parte de computadores e acabou que a partir da pesquisa foram percebidos que precisavam muito material com a parte visual bem ressaltada.</i></p> <p><i>Orientar os professores para quando eles fossem escolher o material que privilegiassem essa parte visual.</i></p> <p><i>[...], depois da pesquisa, foi dessa forma que eu procurei agir com os professores.</i></p>	<p>Pesquisa de Mestrado - O(a) bibliotecário(a) percebeu que precisavam de material com a parte visual ressaltada. Mais computadores. A</p> <p>Orientação - Dever de orientar os professores sobre estes materiais. B</p> <p>Orientação - Criou conscientização para ajudar professores com materiais próprios para pessoas com necessidades especiais. B</p>
Sujeito B	<p><i>[...] ali no ambiente [...] acaba que o nosso público maior é de deficientes visuais, mas os alunos surdos ou do</i></p>	<p>Vivência - Experiências com o setor de acessibilidade da biblioteca. C</p>

	<i>curso de LIBRAS também frequentam bastante, então, minha vivência é com eles ali, e também com relação a universidade, a universidade já teve a iniciativa de fornecer o curso de libras.</i>	Maior público – cegos. C1
Sujeito C	<i>[...] então é o atendimento com o usuário que podemos dizer que me favoreceu essas vivências.</i>	Contato com usuário - Atendimento aos usuários proporcionou maiores vivências. D
Sujeito D	<i>[...] nós temos professores surdos na universidade, usuários, alunos, né, são eles que precisam desse apoio, desse auxílio, tem pessoas capacitadas, intérpretes, e vão e ficam durante a aula toda, durante todas as necessidades enquanto eles estão na universidade ajudando, e a gente tem situações desses alunos que vem na biblioteca, então com a presença do intérprete e aí ele diz o que, que precisa e o intérprete passa para gente e a gente auxilia na recuperação da informação.</i>	Universidade - Ajuda na recuperação da informação. E

Pergunta 4: Qual sua percepção do impacto do seu trabalho na vida dos surdos?

Sujeito	Expressões-Chave	Ideia Central
Sujeito A	<i>[...] o bibliotecário tem um impacto muito grande, se a gente souber adequar o nosso espaço ali né, com as fontes de informação</i>	Impacto - O bibliotecário tem impacto grande. A

	<i>que a gente tem para qualquer usuário a gente vai causar um impacto na vida deles, seja ele surdo ou não.</i>	
Sujeito B	<i>Eu acho que eu não sinto tanto que tenha o impacto, mas acredito que tenha pelo próprio setor e as atividades que o [setor do local que trabalha acessibilidade] desenvolve como o [nome do evento], né, então, essas atividades propiciam encontro entre eles e eu acredito que fez assim, melhorou algumas situações, ajudou as pessoas a se conhecerem, daí um colaborava com o outro, então eu acho que tem um impacto importante, só eu não sei mensurar o quanto né.</i>	<p>Não sente tanto impacto. A</p> <p>Contato entre deficientes – Ajudou no encontro entre deficientes, ajudou-os a se conhecerem. B</p> <p>Impacto – Sente o impacto, mas não sabe mensurar o tamanho. A</p>
Sujeito C	<p><i>[...] eles sempre são surdos bem atendidos, que se sentem menos excluídos, isso é muito forte né [...]</i></p> <p><i>[...] como eu também trabalho além da biblioteca com um programa e acompanho toda a parte metodológica, estratégias, do desenvolvimento deles no curso, eu acabo indo um pouco além do recurso da informação, então assim, agora a gente tá buscando, por isso que eu fui essa semana pegar os materiais, buscar com a bibliotecária do processamento técnico,</i></p>	<p>Atendimento – Sentem-se menos excluídos. C</p> <p>Experiência com aluna - Menina surda com dificuldade de aprendizado, busca meios para conseguir dar uma melhor educação para essa menina. D</p>

	<p><i>que a gente tá com um material pendente, pra ver que recursos a gente tem lá, se tem algum objeto de aprendizagem que a gente pode usar [...]</i></p> <p><i>[...] a gente tem lá, uma menina, que morou [país onde morou] fora, ela também não consegue nem conversar com LIBRAS e ela não consegue nem se posicionar, ela não consegue ter outros meios de comunicação, é uma questão anterior, de alfabetização, isso pega lá quando ela chega na biblioteca, e não vai saber nem o que pedir, ela não vai nem saber comunicar ou pensar naquilo que ele conversou com o professor ou quem orientou lá, um pouco mais que um serviço de biblioteca universitária, um serviço de atendimento básico, né, não é se ela sabe ou não o nome do autor corretamente, se ele sabe escrever ou não, ele não sabe nem se expressar, é básico, então pra esse grupo, em alguns momentos da comunicação básica, é o fator preponderante, muito mais que acervo, então assim, é um atraso histórico nesse sentido hehe.. [...] tá, mas isso ainda acontece muito forte, muitos registros, nesses casos,</i></p>	
--	---	--

	<p><i>a gente já sabe que vai ter que fazer uma orientação anterior, pra que ele consiga usar não só a biblioteca universitária, mas qualquer serviço da universidade e que ele consiga se comunicar em sala de aula, porque se ele for fazer uma avaliação, ele não vai saber sinalizar pro intérprete dele o que ele quer que ele escreva na prova, se ele quiser fazer uma tradução, o intérprete pode fazer, se ele quiser, se ele não quiser responder em LIBRAS, gravar, é uma gravação, mas isso é uma barreira imensa, essa barreira da língua é muito forte, essa comodidade, que a gente chama de comodidade.</i></p>	
<p>Sujeito D</p>	<p><i>Eu acho que a gente tem que se preocupar, o impacto do nosso trabalho em todos os usuários, ou seja, a gente tem que estar tentando atender a todos, não importa se ele é branco, preto, se ele tem restrições quanto a mobilidade reduzida, visão baixa [...] o trabalho do bibliotecário é esse, conhecer a necessidade dos nossos usuários, entender o que ele quer, compreender, e tenta ajudá-lo a recuperar esta informação, e buscar caminhos</i></p>	<p>Impacto forte. A</p> <p>Ambiente de Trabalho - Trabalho do bibliotecário, entender, compreender e recuperar a informação para o usuário. E</p>

	<i>acessíveis pra que ele possa ter a recuperação da informação [...].</i>	
--	--	--

Pergunta 5: Você pode ficar a vontade para falar alguma coisa que desejar, algum comentário das perguntas, do trabalho que estou fazendo, da sua percepção em geral sobre isso, o seu trabalho aqui na biblioteca.

Sujeito	Expressões-Chave	Ideia Central
Sujeito A	<p><i>Eu acho que o trabalho sobre acessibilidade em qualquer instituição é muito importante.</i></p> <p><i>[...] hoje as instituições estão vendo isso, também porque quando existia a avaliação de curso do MEC, é um dos itens avaliados, se a biblioteca é acessível ou não, né, geralmente eles avaliam mais a parte de acessibilidade física né, mas não é só isso, tem que ser acessível a tudo, você não pode ficar esperando ter um aluno surdo, chegar um aluno cego pra se adaptar, você também não precisa fazer um acervo enorme se não tem aquele público, mas se tem alguma coisa já, é, tem computador disponível pro surdo, é o material que eles utilizam, é no computador que ele todas as fontes, todos os recursos pra que ele entenda bem o que ele está procurando, às vezes ele não consegue ler, não está alfabetizado, então tendo um computador disponível já vai facilitar o</i></p>	<p>Importância do assunto. A</p> <p>Critérios de adaptação - Acessibilidade além da estrutura física. B</p>

	<i>acesso a informação pro surdo, né [...].</i>	
Sujeito B	<i>Eu acho que eu acrescentaria algo, isso é mais uma decisão minha, junto com as colaboradoras do [setor do local que trabalha acessibilidade], a gente já vinha conversando sobre isso desde o início do ano de fazer mais ações para os surdos, já que o ambiente atualmente o público maior é de cegos, a gente percebe que tem uma deficiência de atender aos surdos e o que eles precisam então fazer um levantamento disso.</i>	Posição pessoal - Mais ações que promovam atividades para surdos. C
Sujeito C	<i>[...] eu sou bibliotecária, mas eu atuo tanto no programa, muito mais hoje, do que qualquer, do que em, os serviços, eles já estão lá feitos, na verdade, os outros bibliotecários que estão tocando [...] eu participei da construção né, eu to muito no, eu coordeno o programainstitucionalmente e no campus, então eu to envolvida com esse processo inteiro, vai além bem além da biblioteca [...]</i> <i>O que eu vejo que a gente ainda tem uma escassez de material, a gente não tem material pra comprar no mercado editorial, básico de biblioteca universitária, é..talvez a [instituição de ensino] por ter uma modalidade de ensino a distância e desenvolve materiais didáticos, seja os objetos de aprendizagem, seja os livros didáticos, sejam as</i>	Falta de material - Escassez de material próprio para a comunidade surda. D Universidade - Preocupação com a educação continuada do surdo. E

	<p><i>web conferências, seja o tipo de recurso que a metodologia exige, eu não sei se nós teríamos um pouco mais do que o clássico que se oferece hoje para pessoas surdas no ensino superior.</i></p> <p><i>[...] como é que vai ser a educação continuada dele (aluno surdo formado)? [...]</i></p>	
<p>Sujeito D</p>	<p><i>Eu acho que esse teu trabalho é interessante pra nossa área, bastante relevante, porque normalmente se preocupa com a maioria, a maioria são as pessoas normais, sem problemas, sem necessidades, não vou dizer que é um problema, mas uma necessidade diferente né?</i></p> <p><i>E aí a gente prepara um acervo específico pr'aquele usuário, a gente faz isso, a gente só prepara um ambiente se aparecer um usuário com aquela deficiência e eu acho que não é dessa forma [...].</i></p>	<p>Trabalho relevante. A</p> <p>Critérios de adaptação - Se adaptar antes de aparecer à situação de um usuário deficiente chegar. B</p>